

O que pensam os comunistas da situação política

- O Comité Central do PCP realiza uma reunião plenária na próxima segunda e terça-feira para apreciação da situação política e definição de orientações de trabalho
- Questões imediatas decorrentes do prosseguimento da política antipopular do governo "AD" analisadas no Editorial - Pág. 2
- Duas notas da SIP do PCP respondem a declarações do Primeiro-Ministro Balsemão e do ministro das Finanças, João Salgueiro - Pág. 3
- O mês de Setembro abre com importantes iniciativas do PCP em todo o País - Páginas centrais

Adubos mais caros



Pág. 3

Num ano, a "AD" passou os adubos para o dobro: assim trata a direita o esforço de quem trabalha a terra

Suplemento /

"Segurança industrial"
isto é: gorilas



O PCP com a luta dos povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde

VIDREIRA DA FONTELA
Não foge a responsabilidade na tentativa de fechar a fábrica

LETRAS E FALÊNCIAS
LISTAS APU
GORILAS DO PATRONATO
VIDREIRA DA FONTELA
DOSSIER LÍBANO
SÍNTESE DA INFORMAÇÃO
TV
PONTOS CARDEAIS
O CASO ANOP



COMÍCIO
DE AMIZADE
PCP-PAIGC

INTERVENÇÕES DE:

Álvaro Cunhal

SECRETÁRIO GERAL DO PCP

Vasco Cabral

SECRETÁRIO PERMANENTE DO PAIGC

Évora
Pav. Rossio de S. Bráz
3. setembro/82
21.30 horas

festa da alegria

3, 4 e 5
SETEMBRO

BRAGA

PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES



ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

A constituição das listas APU para os concelhos e freguesias é uma tarefa que se coloca a todo o Partido - Noticiário na pág. 7

Comício em Braga
com Álvaro Cunhal
sábado 4, às 16 e 30
na Festa da Alegria

Editorial

HÁ FORÇAS PARA CONJURAR OS PERIGOS

SEMANA

25
Quarta-feira



Indra Ghandi

O Conselho da Revolução considera não ser lícito invocar a figura do «segredo de justiça» como impedimento da publicação integral do inquérito feito pela Procuradoria-Geral da República aos incidentes do 1.º de Maio no Porto. É assinada a escritura da Agência de Notícias de Portugal. A legalização da ANP ocorre quando ainda se aguarda a decisão do Presidente da República sobre a intenção de extinção da Anop. O Conselho da Revolução solicita ao major Sousa e Castro um estudo sobre a possibilidade de entregar aos cidadãos interessados os respectivos processos individuais que a PIDE/DGS elaborara e tinha em arquivo. A República Federal da Alemanha manifesta-se solidária com a França no desafio à política norte-americana contra a construção do gasoduto soviético para a Europa Ocidental. Indra Ghandi, primeiro-ministro indiano, chega à capital da República Popular de Moçambique para uma visita oficial de dois dias. O governo da República Popular da Polónia denuncia a formação de grupos de combate por parte de grupos de oposição com vista a perturbar a ordem pública.

26
Quinta-feira

As Comissões de Trabalhadores da Anop e da CTM decidem desenvolver todos os esforços para impedir a concretização do projecto governamental que visa a extinção destas duas estruturas do sector público. O ministro das Finanças e do Plano, João Salgueiro, ao empregar os novos gestores bancários defendendo a aplicação de uma política em que o crédito seja mais dificultado, aponta a urgência da abertura do sector bancário à iniciativa privada. O cardeal de S. Paulo, Evaristo Arns, denuncia a campanha para descreditar a Igreja Católica no Brasil. Exemplares falsos da arqueológica foram profusamente distribuídos nos bairros pobres. O primeiro-ministro espanhol Calvo Sotelo afirma que haverá eleições em Espanha dentro de pouco tempo. O presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, decide enviar uma delegação a Paris para tentar resolver as divergências sobre a venda de tecnologia americana para o gasoduto soviético.

27
Sexta-feira

Os sindicatos representativos dos trabalhadores da Comunicação Social acusam o Governo de preparar «a extinção do sector público da Comunicação Social». A CGTP-IN acusa o Ministério da Administração Interna de «escamotear responsabilidades» nos acontecimentos do 1.º de Maio no Porto. A central sindical unitária salienta mais uma vez que o Governo não quer divulgar publicamente o relatório do inquérito. Trabalhadores do Hotel Baía concentram-se frente à Inspeção do Trabalho para exigir que aquele departamento actue para repor a legalidade numa empresa ocupada por «gorilas» à ordem da Secretaria de Estado do Turismo. Mais um jornalista-estagiário do «Correio da Manhã» foi despedido deste matutino. Na base do despedimento o ter aderido à greve de solidariedade com os trabalhadores da Anop. Toma posse o novo comandante da GNR, general Tomé Pinto que substitui o general Passos Esmêriz. O rei Juan Carlos assina o decreto que dissolve o parlamento e convoca eleições gerais antecipadas para o próximo dia 28 de Outubro. O presidente argentino anuncia um plano de nove pontos para a restauração da actividade dos partidos políticos e realização de eleições gerais em 1984. Regressam à Terra os cosmonautas soviéticos entre os quais se incluía uma mulher, a segunda a permanecer no espaço.

28
Sábado

Alguns órgãos de Comunicação Social referem que vão ser despedidos em breve da Anop cerca de 160 jornalistas. Denunciando os perigos da política económica da «AD» o PCP emite uma nota em que refere os graves atentados contra a banca nacionalizada. As associações de agricultores do Baixo Mondego reivindicam o pagamento até 10 de Setembro dos subsídios de arroz relativos ao ano de 1981. O Ministério da Educação anuncia a criação de mais 66 escolas do ensino primário em diversos distritos. As forças sul-africanas que invadem o território de Angola tentam avançar na província da Huila. Certos dirigentes políticos espanhóis criticam o que consideram uma precipitação a marcação de novas eleições gerais para Outubro. Na Somália, os guerrilheiros que combatem o regime de Siad Barre manifestam-se confiantes na vitória apesar do equipamento militar norte-americano que para aquele país tem sido enviado.

29
Domingo



Ribeiro e Castro

O dirigente centrista e membro do Governo Ribeiro e Castro consic'ra que as declarações da secretária de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Leonor Beleza, são desastrosas. Leonor Beleza tecera crítica à Lei Quadro da Família, da responsabilidade da secretária de Estado da Família, Teresa Costa Macedo, do CDS. O Conselheiro da Revolução, major Sousa e Castro qualifica de «verdadeiro saque à Fazenda Pública» a decisão governamental de extinguir a Anop. O chefe da ditadura turca, general Kenan Evren, defende os princípios de uma Constituição restritiva, considerando que a Turquia não tinha de aceitar um texto em conformidade com as normas ocidentais. Uma nova alteração é anunciada na Junta Militar Argentina — o almirante Jorge Anaya deverá abandonar em Setembro o cargo de comandante-em-chefe da Armada argentina. No Bangladesh mais de 400 polícias são despedidos por corrupção, abuso do Poder e má gestão. A Frente Democrática Revolucionária de El Salvador declara-se pronta a encetar um diálogo, sob certas condições, para se alcançar a paz naquele país latino-americano.

30
Segunda-feira

Segundo um estudo divulgado pela Direcção de Estudos Económicos do Banco Pinto & Sotto Mayor a desvalorização do escudo no período de um ano foi de 16,42 por cento. O aumento do preço dos adubos decretado pelo Governo e que atinge em média cerca de 45 por cento motiva um protesto da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). E entregue na Presidência da República a lei da revisão constitucional. O presidente da Câmara de Lisboa, Krus Abecasis distribui a seu bel prazer casas em Benfica que tinham sido construídas expressamente para 50 famílias. O presidente do Partido Comunista Austriaco, Franz Muihi, denuncia os planos do Pentágono para atrair a Áustria para o NATO. O secretário norte-americano do Trabalho é suspenso de estar envolvido num homicídio. A vítima deveria prestar declarações numa investigação que decorre sobre aquele membro do governo. Depois de uma emocionante despedida o dirigente da OLP, Yasser Arafat abandona o Líbano a caminho da Tunísia. Aviões sul-africanos aumentam os voos legais no Sul de Angola. A CEE exige dos Estados Unidos a garantia de que duradoura.

31
Terça-feira

O Presidente da República, general Ramalho Eanes recebe em audiências separadas os representantes do PPD, PS, CDS e PCP com quem debate a actual situação política, tendo sido tratado também nos encontros a questão da revisão constitucional e a lei das eleições autárquicas. A União de Agricultores do Concelho de Viseu manifesta o seu protesto face ao aumento dos adubos. Os trabalhadores da Anop decidem, em plenário, repudiar qualquer despedimento na empresa. Os trabalhadores da Siderurgia utilizando um sistema de «carrocel» de greves estiveram paralisados. A luta destina-se a contrariar a decisão da administração que pretende descontar dois dias do mês de Julho na sequência de greves de duas horas diárias. O senador Edward Kennedy responsabiliza a administração Reagan pelo desemprego que grassa nos EUA. Na URSS, a fim de se acelerarem as obras para a construção do gasoduto é feito um apelo às brigadas voluntárias. O Ministério da Defesa da RPA informa que cerca de 30 mil soldados sul-africanos estão concentrados na fronteira da Namíbia prontos a invadir o território angolano.

A continuação do Governo «AD»/Balsemão/Freitas do Amaral à frente do País é um factor de progressivo apodrecimento da situação nacional, de continua degradação das instituições e do Poder, de crescente agravamento das condições de vida do Povo português.

É um verdadeiro insulto público ouvir os governantes e políticos da «AD» dizerem uma coisa e fazerem outra, darem com o maior despiante um quadro da sua política, da vida do País, da situação concreta das massas e ver a realidade palmar desmentir-las a cada passo.

A entrega há dias em Belém, com vistas à promulgação pelo Presidente da República, do texto definitivo da lei da revisão inconstitucional da Constituição, saída do conluio do PS/Mário Soares com a «AD», consuma a primeira fase de um autêntico atentado contra o 25 de Abril, sela um grave insucesso parcial das forças democráticas e um correlativo triunfo parcial da reacção ao nível parlamentar, só possíveis pelo bandejamento do secretário-geral do PS e do seu grupo com a Aliança reaccionária governante.

Trata-se de uma situação de facto, cujas incidências políticas devem ser atentamente ponderadas pelas forças democráticas e também pelos órgãos de soberania não dominados pela «AD» que conservam ainda, não se sabe por quanto tempo, a plenitude das suas funções constitucionais.

A audiência de anteontem dos quatro principais partidos com assento parlamentar pelo Presidente da República não permitiu esclarecer de maneira convincente a questão central da continuação do Governo «AD» à frente do País.

Sem sobrestimar mas também sem subestimar a gravidade da situação criada pela aprovação da lei de revisão «AD»/PS impõe-se a todos os democratas e patriotas civis e militares uma rápida tomada de consciência e uma aguda visão política dos novos perigos que se adensaram sobre o regime democrático, assim como das reais possibilidades existentes para os conjurar e vencer.

Num combate político com a envergadura, a complexidade e a dureza daquele que o Povo português tem travado ao longo dos últimos sete anos contra um poder político hostil, contra a política de recuperação capitalista e pela defesa das suas conquistas democráticas fundamentais, submetidas à feroz ofensiva reaccionária, um insucesso parcial da natureza do que apontamos, só por si, não tem evidentemente força para decidir a favor da reacção este difícil combate.

De qualquer forma, qualquer que seja a evolução dos acontecimentos posteriores, uma situação nova acaba de criar-se no Portugal democrático dos nossos dias, uma situação nova que põe na ordem do dia novas tarefas, novas premissas de acção, novas formas de luta, num quadro institucional que a lei de revisão «AD»/PS/Mário Soares, mesmo que venha a ser promulgada pelo Presidente da República, não alterou substancialmente.

A revisão inconstitucional e antidemocrática da Constituição votada no Parlamento pelo conluio «AD»/PS/Mário Soares, a ser promulgada pelo Presidente da República ao arripio da manifesta vontade da maioria do Povo português, poderá abrir um perigoso caminho para a completa subversão do regime democrático e a destruição das conquistas fundamentais do 25 de Abril.

Contudo, a entrega em Belém do texto definitivo da lei da revisão «AD»/PS, que altera profundamente o actual sistema de poderes, não significa de imediato a entrada em vigor de uma nova ordem constitucional nem decide por si só dos destinos da democracia portuguesa.

Em primeiro lugar não estão ainda definidas e votadas pela Assembleia da República as funções, a composição e a entrada em funcionamento dos órgãos que deverão substituir nos termos da lei da revisão aprovada, o Conselho da Revolução — designadamente o Conselho de Estado, o Tribunal Constitucional, o Conselho Superior de Defesa Nacional.

Em segundo lugar, graças à tenaz resistência do Povo português e à força determinante do movimento operário, popular e democrático de massas assim como dos militares

democratas, a «AD» não conseguiu impor pela via da revisão constitucional, as modificações de fundo de natureza económica e social contidas no seu projecto, não conseguiu apagar da letra da Constituição as nacionalizações, a Reforma Agrária, os direitos e liberdades fundamentais dos trabalhadores — não conseguiu, numa palavra, arrancar o 25 de Abril da Constituição da República, mantendo assim a Democracia e o povo importantes instrumentos jurídicos e políticos para que a luta continue.

Embora tais factos não devam dar lugar a insensatas ilusões, são, contudo, factores objetivos que devem ser levados em linha de conta na avaliação criteriosa das alterações constitucionais produzidas pela lei da revisão «AD»/PS/Mário Soares e das novas condições que de uma forma ou de outra a situação actual impõe à acção das forças democráticas e à luta do Povo português.

Ilusões insensatas não podem ser alimentadas enquanto a «AD» detiver o domínio dos órgãos de soberania ainda sob o seu controlo — o Governo e a Assembleia da República — enquanto o seu aliado Mário Soares e o seu grupo à frente do PS lhes fornecerem campo de manobra para a completa subversão do regime democrático.

Perigosa ilusão seria, por exemplo, pensar que o plano subversivo da «AD» se ficaria por uma simples revisão inconstitucional da Constituição, mesmo nos moldes estritos que conseguiu impor com o conluio de Mário Soares e do seu grupo, e que a reacção não iria prosseguir pelas formas mais diversas, pela acção do Executivo, pela acção legislativa e pela repressão, a sua ofensiva contra as conquistas de Abril.

Os actos e declarações dos chefes e ministros da «AD» neste capítulo são claros: o anúncio de uma nova ofensiva generalizada contra as nacionalizações (através de uma nova lei dos limites e de medidas legislativas abertamente inconstitucionais de reprivatização das empresas nacionalizadas); a revisão da lei 77/77 (a célebre «lei Barreto» considerada insuficiente para garantir a rápida reconstituição de todos os latifúndios); a reposição do pacote laboral (em que avultam as leis antioperárias sobre os contratos a prazo e a liberalização dos despedimentos e, sobretudo, uma nova lei da greve que anularia na prática este direito constitucional dos trabalhadores); a insistência na promulgação pelo Presidente da República da lei eleitoral para as autarquias (destinada a cobrir todas as falcatruas eleitorais da reacção) votada pela maioria «AD» com a significativa abstenção do PS; os propósitos de diminuir o contingente das Forças Armadas convencionais e aumentar os efectivos das forças repressivas profissionalizadas, são medidas, além de outras, já promovidas ou anunciadas pelos responsáveis da «AD».

Na nova ofensiva generalizada contra as conquistas fundamentais da Revolução as medidas atentatórias combinam-se com uma desenfreada demagogia numa campanha ainda em preparação mas já em marcha com vistas às eleições autárquicas de Dezembro.

A este respeito o «superministro» dos Mellos da CUF, João Salgueiro, ao mesmo tempo que fala hipocritamente da necessidade de reforço do sector nacionalizado vai abrindo de facto a cova às nacionalizações.

No sector da banca nacionalizada novos gestores, homens de palha dos antigos monopólios, foram agora nomeados de uma assentada (um terço do número total dos gestores, destacados para posições estratégicas que favorecem o estrangulamento financeiro da banca nacionalizada e a reprivatização do sector).

Salgueiro fez o balanço da reprivatização: abertura de 7 escritórios da banca estrangeira em 1979, 12 em 1980 e 21 já em 1982. Foram ainda abertas 5 sociedades «leasing», mobiliárias, 1 imobiliária, 2 de investimento e está em curso o processo de abertura este ano de mais duas do mesmo ramo.

Foi constituída com os mesmos fins a Associação Bancária Portuguesa à semelhança dos seguros e o superministro proclama peremptório que «está a encerrar-se o período transitório» para a promulgação da lei da revisão «AD»/PS Mário Soares «pelo que é preciso olhar os problemas nacio-

nais sob uma nova óptica» (da reprivatização, evidentemente).

Os casos da Setenave, da Lisnave, da Siderurgia, da CTM, da ANOP e outros, integram-se obviamente nesta «nova óptica» do superministro da Economia, Finanças e Plano.

No sector da Agricultura, o ministro Basílio Horta, proclama aos quatro ventos o seu mirabolante «Plano de Salvação da Agricultura» mas nas costas dos agricultores sela com a CAP um pacto para novos ataques à Reforma Agrária e aos pequenos e médios produtores agrícolas, promove um novo aumento de 45% nos adubos, e novas medidas contra a gestão democrática dos baldios, recusando o descongelamento das suas contas e a promulgação dos CDBs, expulsando, em benefício da reconstituição dos latifúndios, agricultores a quem demagogicamente a «AD» distribuiria reservas.

Estes são, entre outros aspectos dos mais frisantes de uma panorâmica geral da política da «AD» para a destruição de Abril.

É evidente que os chefes e ministros da «AD» jogam tudo por tudo para obterem a promulgação da lei de revisão inconstitucional da Constituição — que Mário Soares à saída de Belém proclamou como «uma boa lei» — e para segurarem as suas únicas duas posições de força na conjuntura actual: o Governo e a maioria parlamentar.

Significativamente, para não assustarem o PR na questão da promulgação da lei de revisão «AD»/PS e para que não demita o Governo e convoque novas eleições, dissolvendo a AR, toda uma orquestração foi desencadeada para convencer o PR de que vai terminar a guerrilha institucional que a «AD» tem movido contra o general Ramalho Eanes.

Freitas do Amaral deu o tom no Algarve: não fazer ondas contra o PR. Logo outras vozes da coligação governante tocaram a mesma tecla. Rebelo de Sousa, a secretária de Estado, Beleza, Ribeiro Castro, pronunciaram-se seraficamente pelo apaziguamento nas relações Governo-PR. O próprio Freitas até diz que a demissão antecipada do PR seria... «desestabilizadora»!

O fascista Júdice escreve na folha de Vera Lagoa: «a escalada do confronto Governo/PR ninguém a deseja. Não a deseja o PR, nem os seus aliados nos partidos democráticos, nem a maioria... nem o PC (I)». Só Mário Soares a quer-rá para alijar do Grupo Parlamentar do PS os deputados recalcitrantes...

Se assim é — diz ele — porque não um «compromisso» de regime agora já não só entre a «AD» e o PS mas também com o Presidente da República?

O jogo é claro: se o general Ramalho Eanes morder o isco e promulgar a lei da revisão «AD»/PS é a lei eleitoral para as autarquias, a guerrilha assumirá então as formas mais virulentas e agudas contra o PR para o forçar à demissão, para lhe ocupar o posto (com Mário Soares?) e levar avante sem obstáculos o velho plano subversivo de Sá Carneiro para a destruição do regime democrático («Um Governo, uma maioria parlamentar, um presidente»).

Entretanto, o plano subversivo da «AD» assenta numa base precária. Uma situação altamente favorável às forças democráticas e a uma alternativa democrática à «AD» existe.

No confronto entre os órgãos de soberania as únicas forças da «AD» são o Governo e a maioria parlamentar — falta-lhe a força decisiva do apoio popular, a base política, social e eleitoral que lhe garante as posições que detém no aparelho de Estado.

Ao contrário, o Presidente da República detém ainda neste momento a capacidade institucional de demitir o Governo, dissolver a AR, marcar novas eleições, formar um governo de gestão idónea. Tem para isso a força institucional e, principalmente, além disso a força decisiva do apoio das massas populares, manifestado das maneiras mais diversas no decurso de 1982.

Compreender justamente a situação, agir em consequência é não somente uma obrigação das forças democráticas e do movimento popular de massas como dos órgãos de soberania não dominados pela «AD» e ainda em condições de alterar decisivamente os dados do problema.

JÁ À VENDA

BARRANCO DE CEGOS

ALVES REDOL

Edição especial ilustrada, em grande formato.

A melhor obra de Alves Redol e uma das grandes obras do neo-realismo

18 ilustrações do pintor Jorge Pinheiro

edições **Avante!**

COLEÇÃO CAMINHOS DA REVOLUÇÃO

JOHN REED

DEZ DIAS QUE ABALARAM O MUNDO

Um clássico que é a mais completa e fiel reportagem sobre a Revolução de Outubro

edições **Avante!**

Rectificação

Incluimos na passada edição do «Avante!» um artigo sobre os acontecimentos do 1.º de Maio no Porto a que por lapso demos o título de nota da DORP do PCP. Com efeito tratava-se de um artigo e não de uma nota da DORP.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º D.º, 1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 639306.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedruha - 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alcaçova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º, Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63 A - 1000 Lisboa. Tel. 778936/776750. Porto - Rua do Almada, 16-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Haska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora. Depósito legal n.º 205/82

Tiragem média do mês de Julho: 50 620

PCP

Nota da SIP do PCP

Alianças «AD»-PS nas eleições locais? Para quê?!

Dado que o Secretário-Geral do PSD tem vindo a repetir nos últimos tempos, em sucessivas declarações e entrevistas, que um acordo da "AD" com o Partido Socialista permitiria afastar a gestão APU em dezenas de municípios, a SIP do PCP considera oportuno esclarecer:

1. O Secretário-Geral do PSD, confundindo os seus desejos com a realidade, tem vindo, pura e simplesmente, a espalhar informações falsas sobre as consequências de um eventual acordo "AD"-PS nas eleições autárquicas.

2. Com efeito, a mera consulta dos resultados eleitorais anteriores permitirá verificar que a APU tem a maioria absoluta dos mandatos em 43 dos 50 municípios em que é maioritária e obteve mais votos do que, em conjunto, os partidos da "AD" e o PS em 41 desses municípios.

3. Por outro lado, a experiência mostra que sempre que a "AD" e o PS se entenderam para derrubar Câmaras Municipais e Assembleias e Juntas de Freguesia em que a APU detinha a maioria relativa, essa maioria não só se confirmou, como foi consideravelmente ampliada. A esse respeito, falam eloquentemente, entre outros, os resultados das eleições suplementares para as Câmaras de Évora e de Loures, em que não só a APU saiu notavelmente reforçada como os partidos da "AD" e o PS baixaram significativamente a sua percentagem de votos. Acresce que é praticamente certo que uma coligação eleitoral entre a "AD" e o PS mereceria uma condenação ainda mais clara e severa por parte do eleitorado democrático, não apenas nos concelhos onde se realizasse, mas também a nível nacional.

4. Não sendo crível que o secretário-geral do PSD ignore os dados elementares sobre os resultados eleitorais e desconheça realidades políticas tão evidentes, as suas repetidas fantasias sobre a possibilidade de coligações "AD"-PS afectarem as posições da APU só se podem explicar pelo manifesto propósito de continuar a atrair o PS para novos desenvolvimentos da sua continuada política de alianças com a reacção, aprofundando a consequente quebra de influência política, social e eleitoral do PS.

5. Com tais declarações, o secretário-geral do PSD pretende ainda, não só conferir "naturalidade" à aliança eleitoral do PS com a "AD", como sobretudo desviar a atenção dos democratas, e designadamente dos militantes e eleitores socialistas, do objectivo de derrotar a "AD" (esse sim, justo, necessário e do interesse da Democracia) e da possibilidade (essa sim, aritmética e politicamente verdadeira) de coligações das forças democráticas afastarem a "AD" da gestão de dezenas de municípios e de centenas de freguesias em que a "AD" detém a Presidência com menos votos e até muitas vezes com menos mandatos do que as forças democráticas.

6. Nas eleições autárquicas de 1979, como é sabido, a APU registou um grande êxito traduzido, entre outros aspectos, num aumento de 38% da sua votação. Desde então, tem continuado a ampliar-se o prestígio dos eleitos da APU nas autarquias e a confiança popular na APU, como é atestado pelos resultados de numerosas eleições locais suplementares.

Não serão os cantos de sireia e as manobras envolventes dos dirigentes da "AD" em relação ao PS que poderão impedir que nas próximas eleições autárquicas a APU volte a reforçar as suas posições em benefício da defesa dos interesses das populações e do regime democrático.

27 de Agosto de 1982

A SIP DO PCP

O discurso de Salgueiro e a política «AD»

1. O discurso proferido por João Salgueiro, ex-secretário de Estado do Governo de Marcelo Caetano e actual ministro das Finanças do Governo «AD», na posse de novos gestores da banca nacionalizada comporta linhas de orientação e directrizes de acção cuja gravidade e significado merecem clara denúncia, frontal oposição e firme combate.

2. Com efeito, a reafirmação do empenho governamental na inconstitucional abertura do sector bancário à iniciativa do grande capital e a ameaça da sua próxima concretização; a anunciada promoção da «expansão internacional» da banca nacionalizada, concebida como um instrumento da sua dependência e sujeição aos interesses económicos e políticos do imperialismo, eufemisticamente apresentados sob a capa de uma alegada «comunidade financeira internacional»; a declarada indiferença entre a actividade e papel desempenhado pela banca no tempo do fascismo e o que deve desempenhar a banca nacionalizada no regime democrático; a nomeação e o elogio de gestores que regressam agora a cargos que haviam desempenhado nos bancos monopolistas que sustentaram o fascismo — constituem, entre outros, aspectos bem reveladores de que a política do Governo «AD» visa promover aceleradamente o restabelecimento dos mecanismos típicos do capitalismo monopolista de Estado vigente no fascismo e restaurar o poder do grande capital sobre a economia e a vida nacional; com as amargas consequências políticas, económicas e sociais que o povo e o País já duramente sofreram no passado.

3. Aos democratas portugueses não pode restar hoje qualquer dúvida que, confiando nos novos instrumentos que conta obter com a revisão da Constituição oferecida pelo PS, o Governo da «AD» procura avançar rapidamente no desenvolvimento de uma ofensiva global contra todas as principais transformações democráticas e conquistas populares, que nem a fachada tecnocrata a que o seu ministro das Finanças recorre hoje, como já recorreu no tempo do fascismo, pode iludir e que está bem patente, não apenas na violenta ofensiva contra o sector público, mas também em muitas outras esferas da acção governativa e em alterações provocadas recentemente em sectores extremamente sensíveis da vida nacional.

4. Não pode passar igualmente sem denúncia o facto do ministro das Finanças do Governo «AD» continuar a entreter-se, sempre que fala em público, com acrobáticos exercícios de demagogia e falsidade, visando esconder da opinião pública aquilo que todos os portugueses sentem no dia-a-dia: o brutal agravamento das condições de vida, o afundamento da economia nacional, o constante deslizar do país para a ruína económica e financeira. Foi assim que João Salgueiro desvalorizou o escudo, aumentou impostos e cortou créditos às empresas poucos meses depois de ter garantido fazer exactamente o contrário. E é assim, na mesma linha de desonestidade política, que agora, uma vez mais, teima em garantir que a inflação ficará em 17%, quando dados oficiais conhecidos e a própria vida real provam que, neste momento, já ultrapassa os 25%.

5. As medidas anunciadas no discurso do ministro das Finanças evidenciam, uma vez mais, que a continuidade da acção destruidora do Governo «AD» avoluma os perigos para a democracia e a independência nacional, impede o progresso do país e atenta contra os interesses e aspirações fundamentais do povo português. Confirma-se plenamente que a demissão do Governo «AD» e a dissolução da Assembleia da República para realização de eleições legislativas constituem medidas de reforçada actualidade e urgência e que são directamente exigidas pela satisfação dos mais vitais interesses populares e nacionais.

28 de Agosto de 1982.

A SIP DO PCP

Delegação do POSH visita Portugal

A convite do Partido Comunista Português e do quadro das relações de cooperação existentes entre a DORLEI do PCP e a Direcção Distrital de Nograd do Partido Operário Socialista Húngaro, deslocou-se ao distrito de Leiria, entre 23 e 29 de Agosto, uma delegação do POSH, chefiada pelo camarada Ferenc Skoda, secretário-geral do distrito de Nograd, e que integrava igualmente Bele Csongradi, e dois bailarinos do folclore húngaro, Anna Marie Deues e Istvau Sass.

A delegação do POSH que teve encontros com dirigentes regionais, concelhios e de freguesia do nosso Partido, teve oportunidade de contactar intensamente a realidade social, económica

e cultural do distrito de Leiria, tendo-se avistado com trabalhadores vidreiros, pescadores, camponeses, jovens, resistentes antifascistas e intelectuais.

A delegação do POSH que também foi recebida no Município da Marinha Grande, participou ainda em três espectáculos culturais em que, além dos artistas húngaros, participaram também artistas portugueses.

No fim da sua estadia em Portugal a delegação de Nograd do POSH encontrou-se no Comité Central com os camaradas Albano Nunes, membro do CC e responsável da Secção Internacional e Osvaldo Castro, membro suplente do CC e da DORLEI.

Faleceu o camarada Francisco Estêvão

Faleceu o camarada Francisco Manuel Estêvão, operário ladrilhador nascido em Santa Justa, Couço, Concelho de Coruche, a 2 de Novembro de 1934. Metade da sua vida foi inteiramente dedicada ao Partido, para onde entrou em 1958, integrando no ano seguinte a organização juvenil do PCP, até 1961. Nessa altura — período das grandiosas lutas pela jornada das oito horas no Alentejo e Ribatejo, onde participou activamente — passou à clandestinidade, que viveu até ao 25 de Abril.

Até 1965 foi responsável por uma tipografia clandestina, onde se compuseram vários números do «Avante!», «O Camponês» e «O Corticeiro»; em seguida prosseguiu a luta no trabalho de Organização no Alentejo; aí estaria quando o fascismo foi derrubado. Passou então a fazer parte dos serviços técnicos do PCP e a trabalhar para a Festa do «Avante!».

Era casado com a camarada Olga Henriques Gil. O funeral sai hoje (quinta-feira) às 11 horas da casa mortuária da Igreja do Campo Grande para o Cemitério de Odiveiras. Manifestando o pesar de todo o Partido, o «Avante!» apresenta à família enlutada sentidas condolências.

Terra

Aumentam os adubos sobem os preços diminui a produção

Os adubos aumentaram. A decisão foi publicada no «Diário da República» de 28 de Agosto e completada por uma portaria que estabelece a tabela de venda dos diferentes adubos que ficam sujeitos aos regimes dos preços máximos.

O aumento médio cifra-se em 45 por cento e o Governo «AD» justifica esta decisão argumentando existir uma distorção «entre os custos reais de produção de adubos e os preços de venda ao consumidor».

Mais ainda, o Governo refere, novamente, para tentar justificar esta medida impopular entre os agricultores, que ela se deve igualmente ao «acentuado agravamento dos diversos factores de produção dos adubos; o elevado montante dos encargos que esta situação tem acarretado para o Orçamento Geral do Estado, atingindo, actualmente, proporções incomportáveis; e a necessidade de acutelar as variações dos preços dos produtos agrícolas».

Mas já em Outubro do ano passado o Governo tomara decisão idêntica — os adubos foram aumentados em cerca de 45 por cento. E, também nessa altura, «paleio» idêntico foi utilizado para justificar tal medida.

A CNA protesta

Respondendo de imediato à decisão do Governo em aumentar os adubos a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), órgão largamente representativo da lavoura portuguesa, considerava esta atitude como «mais um atentado contra a lavoura e a necessidade de aumentar a produção nacional».

Há um ano um saco de sulfato de amónio custava cerca de 214\$00. O mesmo saco passará agora a custar pelo menos 461\$00, isto é, mais do dobro. Os sacos de superfosfatos de cálcio e de cloreto de potássio que custavam também há um ano respectivamente 179\$00 e 296\$00 passarão agora para 370\$00 e 638\$00.

Segundo a CNA este aumento em menos de um ano vem aumentar para mais do dobro o preço dos sacos de adubo. E exemplifica:

«Há um ano um saco de sulfato de amónio custava cerca de 214\$00. O mesmo saco passará agora a custar pelo menos 461\$00, isto é, mais do dobro. Os sacos de superfosfatos de cálcio e de



Os sacos do adubo continuam a ter o mesmo peso. O preço é que é mais do que o dobro

cloreto de potássio que custavam também há um ano respectivamente 179\$00 e 296\$00 passarão agora para 370\$00 e 638\$00».

Quem está interessado em produzir?

Por seu turno, o Secretariado das UCP's e Cooperativas Agri-

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

coltores com a «AD» a governar — para já vai provocar duas reacções: o aumento dos preços dos produtos agrícolas e,

Governo e multinacionais contra interesses do Douro — alarga-se movimento de protesto

O plantio ilegal de vinha efectuado por casas exportadoras de vinho do Porto, facto que tem suscitado um amplo movimento de protesto por parte dos viticultores e dos organismos da lavoura da região do Douro, mereceu uma tomada de posição pública da Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes do PCP, em nota recentemente divulgada, na qual manifesta «o seu repúdio pelos atentados de que tem sido alvo o Douro».

Esta questão, que motivou já por diversas vezes a intervenção do Grupo Parlamentar Comunista na Assembleia da República através de requerimentos e interpeleções, conheceu uma nova fase com a Portaria 685/82 de 9 de Julho mandada publicar pelo Governo «AD» Balsemão através do Ministério da Agricultura Comércio e Pescas (MACP) onde, a pretexto de dar cumprimento ao Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes, se preconizam várias ilegalidades e atentados contra os interesses da lavoura do Douro.

Com efeito, a referida Portaria prevê a legalização de novas vinhas num total de 2500 hectares; define como mortórios terrenos que nunca produziram um bago de uva nem antes nem depois da filoxera (doenças das videiras produzida por um insecto); impõe o limite de três hectares como área mínima para um agricultor ter direito ao novo plantio, discriminando à partida milhares de pequenos produtores; impõe restrições técnicas e burocráticas só possíveis de ultrapassar pelos grandes proprietários e casas exportadoras, permite a legalização de vinhas das casas exportadoras e o seu acesso à produção e ao benefício de milhares de pipas.

Denunciando a ilegitimidade e inconstitucionalidade dessa disposição constante na nova lei das autarquias, o Secretariado considera que «ela ofende e contraria frontalmente a vontade histórica dos povos e apresenta um travão no progresso e desenvolvimento de muitas localidades».

Os participantes na reunião, promovida pelo Secretariado Permanente da Conferência dos Baldios do Norte e Centro, concluíram que a aprovação desta lei, na qual se determina que a

posse e administração dos baldios seja retirada aos povos e passe para a competência das câmaras e juntas de freguesia significa um primeiro ensaio do Governo para a entrega futura dos baldios aos grandes proprietários, caciques e até empresas estrangeiras.

Entretanto, contando com o dinheiro e o apoio técnico do Governo, as multinacionais organizam-se através da «Associação para o Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes». Abrangendo grandes empresas exportadoras como a Cockburn Smith's, Poças Junior, Sandeman, Gran-Cruz, Ramos Pinto, Barros Almeida e outras, aquela «Associação» conta com o apoio técnico directo da Comissão Coordenadora da Região Norte, do Instituto Universitário de Trás-os-Montes, do Instituto Nacional de Investigação Agrária e de engenhários técnicos ligados ao Instituto do Vinho do Porto, ao Centro de Estudos Vitivinícolas e a Casa do Douro.

Quando todo este plano se desenvolve o Governo «AD» pela mão do seu Ministro da Agricultura continua a permitir que as multinacionais destruam

extensos olivais e plantem milhares de cepas no Vale da Vila Rica e noutras zonas onde as multinacionais procedem ao plantio ilegal da vinha.

Por outro lado, ao mesmo tempo que comete e permite todos estes atropelos, Basílio Horta não concretiza a legalização das vinhas dos pequenos e médios agricultores solicitada ao abrigo do Dec.-Lei 48/79 e não anula o imposto de transacção aplicado às adegas cooperativas de região. A falta de escoamento do Bom Vinho de Pasto da região que depois é queimado em prejuízo do Douro e do país e a submissão aos interesses das casas exportadoras com a não instalação do Entrepósito Comercial do Douro são também, entre outros, exemplos da incapacidade e das irregularidades cometidas por este Governo.

«A concretizar-se, tal disposição representaria — na opinião dos compartes — um passo atrás na história das populações rurais do Norte e Centro do País e traduzir-se-ia na repetição da odiosa e violenta espolição dos baldios às populações feita há algumas dezenas de anos».

No entender do Secretariado, a lei aprovada constitui ainda a última acção do Governo contra os conselhos directivos de baldios. Recorde-se que essa longa e variada ofensiva já passou pela apresentação do projecto-lei para revogar a lei 39/76 (Lei dos Baldios); a sabotagem e a fuga das câmaras à aplicação

da lei; o congelamento arbitrário e ilegal das contas bancárias dos CDB's; a ocupação impune de baldios por particulares; os fogos postos nas matas dos baldios.

Apesar de todas as dificuldades resultantes desta política e deste Governo ao salienta o Secretariado, os conselhos directivos têm sobrevivido, reforçado o seu papel e constituído um factor de progresso local.

Os participantes decidiram apelar ao Presidente da República e ao Conselho da Revolução no sentido de se pronunciar pela inconstitucionalidade do referido diploma que retira a gestão democrática dos baldios.

Amadora No Polidesportivo da Falagueira mais uma edição da Festa da Unidade

● **Um programa diversificado para sábado e domingo**

No próximo fim-de-semana, a Comissão Concelhia da Amadora vai realizar mais uma edição da Festa da Unidade, no Polidesportivo da Falagueira.

Do vasto e variado programa destacam-se para sábado, no auditório, os seguintes colóquios: às 16h «o PCP, a situação política e económica»; às 21h, «a APU presta contas».

E no domingo, às 16h, «Movimento Operário e Popular»; 21h, «Ensino»; 22.45h, Teatro.

Haverá também várias exposições, projeções de filmes e diaporamas, não esquecendo o Centro da Juventude com emissões de rádio, exposições e teledis-

cos; o «Ponto de Encontro com os países socialistas», o Centro do Livro e do Disco; os stands de vendas e tómbola e os «Comes e Bebes» com variados petiscos.

No palco, está marcado para sábado às 16h um espectáculo com: «Os Malteses», Rui Gomes, Coral Alentejano de Tires, Rancho Folclórico de Matanaque, «Os Alentejanos», Grupo Coral da Damaia, «Futuro a Cantar». Às 21 horas actuarão, Pedro Ferreira, o conjunto musical «Horizonte Novo», e os grupos «Revolução», «Água Dura», «A Plebe» e «Cretcheu».

No domingo, a partir das 10 horas atenção à manhã infantil com jogos, gincanas,

corrida de sacos, grupo de teatro infantil «BÊ-À-BÁ, com «histórias à solta», palhaços Didi e Zézé, e ilusionismo. À tarde, actuam o conjunto musical «Horizonte Novo», duo Vanguarda, do grupo coral alentejano da Abrunheira, rancho folclórico infantil da Brandoa, coro alentejano «Os Amigos do Barreiro» e grupo «Trigo Limpo».

As 18 e 15, o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC e director do «Avante!», fará uma intervenção política. À noite, as actuações de Helena Isabel e Nuno Gomes dos Santos, assim como a participação do grupo «Fado de Abril», encerram a Festa da Unidade.



4 e 5 Setembro
Polidesportivo da Falagueira
MAIS DE 200 ARTISTAS
ENTRADA GRÁTIS

Vale de Cavalos vive a partir de amanhã a Festa do Povo

Começa amanhã em Vale de Cavalos a tradicional Festa do Povo, iniciativa de convívio popular bem conhecida do distrito de Santarém.

Do programa da festa, saientamos:

Amanhã: 20 horas, abertura com salva de foguetes; 22 h, folclore com a exibição do Rancho Infantil de Pinheiro Grande; 23 h, baile animado pelo conjunto «Nova Experiência» (Chamusca).

Sábado: 8 h, alvorada; 14 h, torneio de chinquilho; 14.30, caválhadas; 19 h, leilão e quermesse; 21.30, noite de fado com o grupo «Fado de Abril»; 23.30, baile com o conjunto «Círculo 4» (Almeirim).

Domingo: 8 h, alvorada; 11 h, manhã infantil com o Grupo de Teatro «Borda d'Água»; 14 h, continuação do torneio de chinquilho; 15 h, atletismo; 17 h, canto livre com o grupo «Jornada»; 18 h, comício; 19 h, leilão e quermesse; 21.30, espectáculo com os artistas Samuel, Teresa Paula Brito e Filipe Gomes dos Santos; 23 h, baile com o conjunto «Filhos da Noite» (F. de Almeirim).

Nos três dias funcionará um serviço de bar. A Festa do Povo é uma iniciativa conjunta das organizações do PCP e da JCP.

Festa Popular de Alverca

Vai realizar-se no fim-de-semana de 10, 11 e 12 deste mês a 6.ª edição da Festa Popular de Alverca organizada pelo PCP.

Do programa, ainda incompleto, destacamos: para sexta-feira à noite, **folclore e baile** com o conjunto «Impulso»; no sábado, **mercado da Reforma Agrária, tarde desportiva**, à noite, **intervenção política** e participação dos artistas **Carlos Mendes, Pedro Osório, José Jorge Letria, os «Unidos do Alentejo», Renato Jorge e Inocência Casquinha**; domingo de manhã, **ciclismo, tarde infantil com Samuel** e o ilusionista **Zurc e Rancho Infantil da Casa do Povo de Arsenal**.

A Festa terminará com a actuação do grupo «Fado de Abril».

Atenção Campanhã!

Nos dias 18 e 19 de Setembro, na Praça Velasquez, na Avenida Fernão de Magalhães e no Monte Aventino, em Campanhã (Porto), haverá festa popular.

Do programa constam os seguintes artistas: Carlos do Carmo, José Viana e Dora Leal, Carlos Mendes, Samuel, Barata Moura e Carlos Cunha.

Haverá também teatro e ranchos. E... atenção juventude! Na festa de Campanhã estarão os «Já Fumega».

No comício, a intervenção política está a cargo do camarada Ângelo Veloso, suplente da Comissão Política do CC do Partido.

Os stands, os bares e as bancas são presenças habituais já confirmadas.

Couço

Em 18 e 19 de Setembro o **Couço** vai estar em festa. Colóquios, mercado da Reforma Agrária, stands e bares, vão animar a festa da «Espiga Vermelha», cujo programa divulgaremos oportunamente.

Linda-a-Velha: dois dias em festa!

É já no próximo fim-de-semana que se realiza a Festa Popular no largo do Mercado, em **Linda-a-Velha**, promovida pelos militantes comunistas, sob o lema «O PCP com o Povo Defenderá Abril!».

Para sábado temos o seguinte programa: 19 horas, abertura com foguetes, feira do livro, artesanato, bar; 20 h, Coro Alentejano de Carnaxide; 22 h, grupo popular

«A Plebe»; 22.30 baile com o conjunto «Ponto Final». **Domingo**, abertura da festa às 10 h, seguida de manhã infantil com pinturas, corridas de sacos e palhaços; às 15 h, espectáculo de Canto Livre com os grupos «Os Malteses» e «A Plebe», Luísa Basto e João Fernando, e poesia com Mário Neves.

A encerrar a festa, o camarada José Casanova, membro da Comissão Política



ca do Comité Central, fará uma intervenção sobre a situação política actual.

Em Silves a Festa do Futuro

No fim-de-semana de 11 e 12 de Setembro, vai realizar-se em **Silves**, conhecida localidade algarvia, a Festa do Futuro, iniciativa que tem vindo a ser preparada com grande empenho por parte da Comissão Concelhia do PCP.

Aliando o aspecto cultural e recreativo da festa à necessidade de reforçar o esclarecimento e o debate em torno de questões políticas de viva actualidade, como, por exemplo, as eleições autárquicas deste ano, os camaradas de Silves organizaram um programa de que saientamos uma parte cultural diversificada, feira do livro e do disco e uma exposição com a temática do Poder Local democrático.

Em relação aos espectáculos, destaque para as actuações dos ranchos de S. Bartolomeu de Messines e da Quinta da Laranjeira (Silves), do grupo coral «Gaudiana» (Mértola), do agrupamento «Semente à Terra» (Beja), do conjunto «Statos».

dos «Galés» (Setúbal) e de Helena Isabel e Nuno Gomes dos Santos.

De salientar que a Festa

do Futuro irá decorrer no belo enquadramento proporcionado pelo castelo de Silves.

Torrão do Alentejo

O convívio popular, as canções regionais, as actividades culturais, desportivas e recreativas, o debate e o esclarecimento — tudo isto, num programa preparado com entusiasmo, vai proporcionar dois dias de festa em **Torrão do Alentejo**, já no fim-de-semana de 11 e 12 deste mês de Setembro.

A iniciativa é organizada pelos militantes comunistas e denomina-se **Festa da Unidade**. Estás convidado, amigo!

Vamos a Tires!

A Comissão Concelhia de Cascais e a Comissão de Freguesia de S. Domingos de Rana promovem conjuntamente a Festa da Unidade, a realizar em Tires, no próximo dia 12.

Do programa fazem parte as seguintes iniciativas: a partir das 9 e 30, manhã infantil com pinturas, máscaras e palhaços; à tarde, espectáculo com Luísa Basto, João Fernando e grupos corais alentejanos. Às 17 e 30, haverá um comício com intervenção dum camarada da direcção do Partido.

Porto Comissão de zona de S. Vitor prepara uma bela festa

Organizada pela Comissão de Zona de S. Vitor do PCP, realiza-se nos dias 11 e 12 de Setembro a Festa da Unidade.

A festa, que se realiza na escola primária da Praça da Alegria, tem um programa variado e bem atraente que se inicia às 17 horas de sábado, dia 11, com um colóquio sobre desporto que terá a presença do conhecido técnico de basquetebol Jorge Araújo. À noite, haverá teatro popular, fado com Fernando Farinha e um comício onde intervirá o camarada Ângelo Veloso, suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Domingo, dia 12, uma manhã para os mais pequenos, uma tarde de espectáculo com Carlos do Carmo e outros artistas e uma noite de baile com o conjunto «Diapansão», completam o programa.



Campanha "Férias 82" no Porto Resultados muito positivos

Num primeiro e rápido balanço, podemos referir que são bastante positivos os resultados globais da campanha «Férias 82», da Organização Regional do Porto, apurados até ao momento.

Se há organizações que por uma ou outra dificuldade ainda não estão próximas da sua meta, a realidade é que em todos os principais sectores as metas estão cumpridas ou ultrapassadas (caso do sector intelectual, Serviços, Gala e Comissão de sede da Boavista) ou muito próximo do seu fim.

Assim, apesar de boa parte do tempo de campanha ter decorrido em período de férias, pode já afirmar-se que «ela cumpriu globalmente os seus objectivos, tendo sido, com sério e louvável esforço, recolhidas importâncias muito significativas para o Partido, provando assim que os comunistas encaram de frente as suas dificuldades e com confiança e determinação levam avante as medidas necessárias para as ultrapassar.

Entretanto, as contas ainda não estão encerradas, já que o produto da participação das organizações na Festa da Alegria entrará nas metas da campanha. Terão, assim, uma última oportunidade as organizações que ainda não conseguiram as suas metas.

Importa desde já iniciar as tarefas de recolha e controlo de todo o material de campanha, fazer um levantamento rigoroso de todos os camaradas que ainda possuem listas, cupões ou outros materiais, não esquecer um ou outro compromisso que passou sem ser recolhido. Fazer o controlo e recolha de materiais e iniciar o balanço e encerramento das contas.

Células de empresa da Amadora

No próximo dia 9, realiza-se um plenário de militantes das células de empresa do concelho da Amadora. Os trabalhos da importante iniciativa decorrerão na Filarmónica da Amadora, a partir das 18 horas, com a participação do camarada Domingos Abrantes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP. Na sua intervenção, o dirigente comunista abordará a situação política e social e as conclusões da reunião do Comité Central, já anunciada.

Sessão pública em Rio de Moinhos

O camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central, participa na sessão do Partido que se realiza no próximo sábado, em Rio de Moinhos, Alcácer do Sal.

O início da sessão está marcado para as 16 horas.

Festas concelhias de Montemor-o-Velho

● «Stand» do PCP

Nas Festas Concelhias de Montemor-o-Velho, que decorrem de 4 a 12 de Setembro, o PCP vai estar presente com um «stand». Neste serão focados alguns dos aspectos mais salientes da actividade dos comunistas na região — autarquias, lutas dos agricultores e dos operários.

No «stand», para além da exposição política, funcionará uma banca onde serão vendidos livros, discos e artesanato.

O deputado comunista pelo distrito João Carlos Abrantes e residente em Montemor-o-Velho participará igualmente nesta iniciativa contactando com a população.

Plenário da 5.ª zona do CLL

Tendo em vista discutir a actual situação política e ainda as tarefas para as próximas eleições autárquicas realizam-se os seguintes plenários de organização da 5.ª Zona do Comité Local de Lisboa:

— Benfica e Bairro da Boavista, no próximo dia 10 de Setembro, pelas 21 horas, no Centro de Trabalho de Benfica;

— S. Domingos de Benfica, também no dia 10 de Setembro, pelas 21 horas, no Centro de Trabalho sito na Rua Prof. Lima Basto;

— E em Carnide, mas no dia 9 de Setembro, pelas 21 horas, na sala da Junta de Freguesia (anexo à Igreja).

Sector da Saúde da OR de Lisboa

No próximo dia 9 realiza-se no CT Vitória, na Avenida da Liberdade, um plenário do Sector de Saúde da Organização Regional de Lisboa (ORL) do PCP.

O encontro inicia-se às 21 horas, estando prevista a análise e debate da situação política e das conclusões da reunião do Comité Central.

Estará presente um camarada do CC.

O Militante
O militante
A AD FORA DO PODER
à venda

Trabalhadores

Agravamento dos conflitos de trabalho no ramo das indústrias eléctricas

Desmantelar a EDP, um objectivo que permanece na ofensiva "AD" contra as nacionalizações

Através de vasta documentação divulgada aos órgãos de Comunicação Social, o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI) alerta a opinião pública em geral e os trabalhadores daquela ramo de actividades em particular para a gravidade da situação que se vive actualmente nas indústrias eléctricas, sector que, a partir do segundo semestre deste ano, tem vindo a ser progressivamente atingido por uma onda de instabilidade laboral.

Refere o SIESI que se multiplicam as "ameaças" quanto à manutenção dos postos de trabalho, às garantias contratuais e regalias "acquiridas". Esta situação atinge os três grandes secto-

res do ramo: **produção, transporte e distribuição de energia** (Electricidade de Portugal, Empresa Pública - EDP), **fabricantes de material eléctrico e electrónico** (sector dominado pelas multinacionais) e **empresas instaladoras eléctricas**.

As perspectivas de despedimentos, situações de sub-emprego e retirada de direitos e regalias ganham contornos que poderão ser uma realidade a curto prazo. Contra esta situação, formas

de 1974. Então, 212 trabalhadores da secção de semicondutores, na sua maioria mulheres, foram despedidos com autorização governamental. Um recurso interposto para o Supremo Tribunal Administrativo (STA) suspendeu posteriormente o despedimento, até ao julgamento final da legalidade do mesmo. O acórdão suspensivo do STA nunca foi cumprido.

Os conflitos de trabalho com gravidade atingem, além da EDP, mais dez empresas em quatro das quais os vencimentos estão a ser pagos de forma irregular, registando-se mesmo vultosas dívidas aos trabalhadores - refere o SIESI.

O agravamento dos problemas nas empresas, adianta aquele Sindicato, não pode ser encarado isoladamente da situação política, já que o patronato acuta tendo em perspectiva as prometidas alterações à legislação laboral, feitas pelo Governo.

"Por outro lado", lembra o SIESI, "o Governo prepara o assalto decisivo ao sector nacionalizado, tendo em vista a reprivatização da sua parte rentável (como demonstra o caso da EDP) sem atender aos prejuízos que daí advirão para o país e aos pesados custos sociais inerentes".

Além de denunciar a ineficácia da Inspeção do Trabalho e o funcionamento obsoleto dos Tribunais de Trabalho, o SIESI considera que a estabilidade laboral e o empenho dos trabalhadores para a resolução da actual crise só se conseguirão com a "AD" fora do Governo, "pois quem reclama a urgente demissão do actual Executivo".

O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI) faz o seguinte balanço dos graves problemas que actualmente se vivem em empresas do ramo «abrangidas pelo nosso âmbito de representatividade sindical»:

EDP Formas de luta podem levar ao corte geral de electricidade

A Electricidade de Portugal (EDP), empresa pública de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica, corre o risco de ficar amputada no único sector que lhe é rentável - a distribuição de energia eléctrica - através da passagem da sua exploração, no domínio da Baixa Tensão, para os municípios, podendo estes funcionar, para tal, isolados, associados a outros ou a empresas privadas. Isto se um projecto da "AD", iniciado no tempo do Governo Sá Carneiro e agora retomado pelo actual Governo, através da Resolução 112/82, de 14 de Julho, for implementado.

O SIESI denuncia que a concretização deste plano afectará profundamente a estabilidade das relações de trabalho na EDP, com destaque para previsíveis despedimentos, situações de subemprego, diferenças e discriminações a trabalhadores que têm hoje um Estatuto Unificado de Pessoal, enquanto empregados da EDP.

Por outro lado, benefícios resultantes da criação e do trabalho desenvolvido de 1976 para cá por esta empresa pública, acabariam. Entre estes, contam-se a regularização dos serviços prestados e a sua melhoria gradual, o tarifário único e a electrificação rural planificada. Presentemente mais de 120 mil portugueses beneficiam de electrificações feitas depois da criação da EDP, em Trás-os-Montes, Alto Minho e no Distrito de Castelo Branco. Nos últimos cinco anos, foram investidos em electrificação mais de 35 milhões de contos.

Também as indústrias dinamizadas pelo trabalho da empresa seriam afectadas com a retirada da distribuição em Baixa-Tensão à EDP, designadamente a Construção Civil, Material Eléctrico, Metalurgia e Metalomecânica, com as quais são feitos regularmente contratos-programa.

A correcção de assimetrias regionais de desenvolvimento ficaria igualmente comprometida. A EDP, na sua actual situação, canaliza os lucros obtidos nas regiões mais desenvolvidas para o investimento em regiões mais atrasadas, criando assim condições propícias à recuperação desse atraso.

O SIESI considera que o ataque à EDP se insere na presente ofensiva contra as empresas públicas e nacionalizadas. Um dos objectivos, neste caso, é colocar uma importante arma política, como é a distribuição de energia, nas mãos dos autarcas da "AD", em ano de eleições para as autarquias locais. A prazo, o objectivo é devolver à iniciativa privada a parte rentável do sector de energia eléctrica, o que conduziria o sector à situação caduca herdada em 25 de Abril de 1974.

Contra esta estratégia, lesiva dos interesses nacionais, das populações e dos trabalhadores do sector, as organizações sindicais e as estruturas de empresa representativas do pessoal da EDP, têm vindo a realizar acções de denúncia junto dos diversos órgãos de Poder e de ascultação e mobilização dos trabalhadores. A Federação dos Sindicatos das Indústrias Eléctricas (FSTIE), que engloba os três sindicatos maioritários da empresa, realizou já 150 plenários em praticamente todos os locais de trabalho da EDP, em conjunto com a CT e a Comissão Intersindical (C/S/EDP).

A recusa dos planos do Governo e a disposição de recorrer a formas superiores de luta para defender a EDP como empresa única no sector, foram as principais conclusões dos plenários realizados. Nestes, participaram cerca de 4000 trabalhadores, apesar do período de férias, e apenas cinco se manifestaram contra as propostas sindicais. As abstenções foram em número de 17.

Neste mês de Setembro os trabalhadores voltarão a reunir com as suas estruturas representativas, em todos os locais de trabalho. Caso o Governo avance com a implementação da Resolução 112/82, serão então aprovadas formas de luta que podem atingir o corte geral de energia eléctrica, salvaguardando apenas os serviços essenciais.

DCP Violação do horário de trabalho

A empresa de material eléctrico DCP, com instalações na Arruda dos Vinhos, alterou ilegalmente o horário de trabalho do seu pessoal, reduzindo o período de almoço para meia hora. Esta prepotência patronal foi acompanhada de pressões várias e manifestamente ilegal, violando o CCT em três alíneas e, também, o Decreto-Lei 49/80.

Standard Eléctrica/ITT Novos despedimentos?

Na Standard Eléctrica/ITT, de Cascais, fala-se de novo em excesso de pessoal. Directrices do centro de decisão para a Europa desta multinacional americana estão na base do clima de instabilidade e apreensão que normalmente é provocado, mais ou menos habilidosamente, pelas administrações, quando pretendem efectuar despedimentos.

De realçar que um contrato de viabilização celebrado pela empresa, no ano passado, implica o compromisso de criação de novos postos de trabalho. A administração, entretanto, fez já saber que tem uma interpretação diferente quanto ao estipulado no contrato de viabilização, o que faz aumentar a apreensão face à possibilidade de serem tentados novos despedimentos.

A Standard Eléctrica/ITT, recorda-se, efectuou, em Julho de 1980, o maior despedimento colectivo depois do 25 de Abril

SIPE 11 300 contos de dívidas

A SIPE, com instalações em Carcavelos, há dois meses que não paga integralmente os salários aos seus trabalhadores, devendo-lhes já mais de 11 300 contos. A vultosa dívida à Banca e à Previdência, bem como o interesse manifestado para que o pessoal rescinda voluntariamente os seus contratos de trabalho, configura uma situação pouco clara que pode envolver uma possível venda da empresa. É convicção dos trabalhadores e suas estruturas representativas que a actual crise da SIPE é artificial, motivada por negligência da administração, que assim criaria condições para que os compradores da empresa pudessem redefinir as relações de trabalho à seu bel-prazer.

Os trabalhadores, para além de exigirem que as dívidas lhes sejam pagas, manifestaram já a sua disposição de não aceitarem qualquer retirada dos direitos legais e contratuais que detêm. Com o apoio do SIESI têm sido efectuadas diversas acções de denúncia junto dos órgãos de Poder e grupos parlamentares. Caso a situação não se normalize são previsíveis para breve formas de luta.

FAPAE A instabilidade

A administração da FAPAE, empresa associada do Grupo Philips, com sede em Cabo Ruvo, Lisboa, extinguiu a secção de fabricação de ampolas para lâmpadas, a única em funcionamento no nosso país, recorrendo a partir de agora à importação. Simultaneamente, o patronato criou um clima de instabilidade junto dos 25 trabalhadores atingidos, com o objectivo de os levar a aceitar desproporções e consequentes reflexos futuros nos vencimentos. Há cerca de um ano tinham sido encerradas duas linhas de montagem.

SELTA Insegurança, dívidas e violência

Os cerca de 80 trabalhadores da Selta, empresa de elevadores de Lisboa, para além de viverem uma situação de insegurança quanto aos seus postos de trabalho são ainda vítimas das acções de gangsterismo patrocinadas pelo patrão, de nome Avelino Pereira, e executadas pelos seus capangas.

Credores de retroactivos desde Janeiro deste ano, e lesados pelo não pagamento das contribuições devidas pelo patrão à Previdência, Sindicatos e Seguros, os trabalhadores foram surpreendidos em Junho passado, por uma tentativa patronal de retirar da fábrica arquivos e material de escritório. A ocupação do local de trabalho acompanhada de paralisação, suscitou esta arremetida.

Em princípios de Agosto, e após terem recebido apenas metade do salário de Julho e não terem sido pagos os subsídios de férias aos trabalhadores que entraram de licença, um trabalhador da empresa, dirigente sindical, que encabeçava uma delegação de trabalhadores que pretendia contactar o patrão no seu escritório particular, foi alvo de uma tentativa de homicídio por parte do administrador-delegado da Selta, que contra ele disparou três tiros de pistola, sem consequências, no entanto.

Entretanto, foi já completado o pagamento dos salários de Julho e o patrão comprometeu-se, em reunião tida no Ministério do Trabalho, a nomear uma nova administração e a pagar os subsídios de férias deste ano.

A questão de fundo, porém, mantém-se devido ao desinteresse patronal pela empresa, apesar desta ter condições de rentabilidade. Avelino Pereira, o accionista maioritário da Selta, é dono de mais sete empresas.

Cabos Ávila Uma empresa ou um «campo de concentração»?

Na empresa Cabos Ávila, onde a administração continua a manter o mais ostensivo desrespeito pelas leis em vigor, o patronato pediu a passagem à fase de conciliação logo na primeira reunião para a revisão do Acordo de Empresa (AE), o que é inédito e contraria o espírito da livre negociação contratual.

As arbitrariedades sucedem-se abrangendo praticamente todos os campos (desde despedimentos e processos disciplinares abusivos e ilegais ao desrespeito generalizado pelo AE) ultrapassando o próprio âmbito laboral, para entrar na violação dos mais elementares direitos humanos. «Campo de Concentração», é como é conhecida esta empresa sediada na Estrada da Amadora e que conta com cerca de 700 trabalhadores.

O terrorismo fascista que ali impera subsiste apoiado internamente por cerca de 100 gorilas, recrutados através da associação dos ex-comandos e, externamente, por um organismo oficial, dependente do Ministério do Trabalho e que tem o nome de Inspeção do Trabalho (IT).

Com efeito, se a IT actuassem de acordo com o espírito das suas funções, que são - lembramos - prevenir, fiscalizar e reprimir as transgressões às normas de direito de trabalho, o patronato dos Cabos Ávila teria forçosamente outro comportamento. Ao actuar, por sistema (embora com honrosas e corajosas excepções), a favor da administração Ávila, a IT é sua cúmplice e co-responsável pelo degradante ambiente que se vive na empresa.

Hotel Baía: 30 dias de luta

Amanhã, concentração frente ao gabinete do Primeiro-Ministro

Entra hoje no 30.º dia a greve dos trabalhadores do Hotel Baía, de Cascais. Prosseguindo com firmeza e determinação a sua justa luta pela reposição da legalidade na empresa, os trabalhadores concentram-se amanhã, na Rua Gomes Teixeira, em Lisboa, frente ao gabinete do Primeiro-Ministro.

No início desta semana, os representantes dos trabalhadores entregaram na Inspeção do Trabalho (IT) toda a documentação que lhes havia sido solicitada por um representante do inspector-geral.

A IT, a quem o pessoal do Baía já recorra com insistência, não pode agora fugir às suas responsabilidades. A resolução do problema passa essencialmente pela reposição da legalidade na unidade hoteleira, ocupada desde o dia 4 de Agosto por um bando de marginais, ao serviço da «comissão de gestão interina», imposta pelo secretário de Estado do Turismo, Nandim de Carvalho. Até à data do assalto pelos «gorilas» (entre os quais se encontram guarda-costas da AD), os trabalhadores vi-

nham recusando a referida «comissão interina» (de que fazem parte familiares do antigo patrão) e defendendo a manutenção da empresa sob o regime de autogestão, na qual se encontrava desde há vários anos.

Neste momento, a «comissão de gestão interina» levanta processos disciplinares aos trabalhadores em greve (a esmagadora maioria), continua com os gorilas ao seu serviço, permanece o clima de instabilidade na empresa, admitem-se novos trabalhadores, tudo isto a coberto da Secretaria de Estado do Turismo.

Aos trabalhadores do Baía chegam, entretanto, várias manifestações de solidariedade e apoio, não só por parte da população e comerciantes da zona de Cascais, mas também através de organizações de trabalhadores. O Sindicato da Hotelaria recolheu já mais de uma centena de contos. Os metalúrgicos enviaram um cheque de cem mil escudos. Trabalhadores da Reforma Agrária de Coruche e Alpiarça enviaram géneros alimentares. Pescadores de Peniche fizeram chegar um



carregamento de peixe. E outras afirmações de solidariedade continuam, incluindo um grande número de moções já aprovadas em plenários e por organizações representativas de trabalhadores.

Recorde-se que a luta do pessoal do Hotel Baía já motivou a realização de concentrações junto à Assembleia da República, Inspeção do Trabalho e Secretaria de Estado do Turismo.

Na Câmara Municipal de Cascais a APU apre-

sentou, entretanto, uma moção em que se exige a rápida solução dos problemas do Hotel Baía, defendendo os postos de trabalho, a legalidade e os interesses turísticos da zona. A "AD" votou contra e o PS absteve-se.

Entre outros aspectos, a moção da APU propunha a constituição de uma equipa de vereadores para contactar os órgãos de soberania.

Gestores querem vender armas aos trabalhadores do Totta e Açores

● Célula do PCP interroga: "a quem interessa?"

«Dos gestores do Banco Totta e Açores pode-se esperar tudo. A excepção, talvez, dum venda de armas aos trabalhadores. Mas, afinal, nem isso escapa. Pois, acredite amigo leitor, o conselho de gestão do BTA está mesmo apostado nessa venda. Porquê? A resposta não pode ser dada sem uma certa perplexidade. A célula dos trabalhadores comunistas afirmava anteriormente, em nota do seu secretário:

"A venda de armas aos trabalhadores do BTA, promovida e incentivada pelo Conselho de Gestão, tratando-se dum operação de contornos nebulosos, insere-se numa vasta campanha de erosão da imagem da banca nacionalizada e de desmobilização dos trabalhadores que nela prestam serviço, levando a cabo pelos homens que a "AD" colocou no gestão do sistema bancário português.

"No BTA, intensificam-se as

medidas de segurança e reforçam-se os mecanismos de vigilância. Porém, os assaltos às agências do banco são frequentes, os prejuízos daí decorrentes são avultados, não se vendo que a Segurança funcione. Vê-se, sim, que a Segurança opera voltada para dentro, através de medidas que conduzem ao cerceamento da liberdade de movimentos dos trabalhadores e como repressão ao uso das facilidades exaradas na Constituição. Vê-se, sim, que é da Segurança do BTA que saem homens como Thadeu Ferreira que tem como missão extinguir uma empresa pública - ANOP - património de todos os portugueses.

"É neste contexto que vem o CG, através da Direcção de Serviços Administrativos, vender aos trabalhadores do BTA armas de defesa de calibre 32. De defesa contra quem? Porquê esta exaltação à violência feita

por um Conselho de Gestão que ainda não teve a moral de reagir à análise que a Célula do PCP fez ao Balanço de 1981 e o acusa de "grandes deficiências de gestão, atribuíveis a forte incompetência e negligência e, por certo, também alguma má-fé?"

Salienta ainda a nota da célula do PCP:

"Mais estranha é esta venda de armas se se tiver em conta que nunca o Conselho de Gestão ou a sua Direcção de Serviços Administrativos pôs à disposição dos trabalhadores do BTA, para venda, o extenso rol de materiais que com tanta ligeireza e frequência retira do uso para logo os substituir por outros, tais como máquinas de escrever, viaturas, mobiliários, etc.

"Assim, os comunistas do BTA, chamam a atenção dos trabalhadores do banco para as situações de contornos pouco claros geradas por este Conse-

lho de Gestão hegemonicamente "AD", virado para a destruição da empresa, alertam para o reforço da "AD" na banca através da nomeação de homens da sua confiança corruptos e incompetentes, e exortam à defesa dos seus postos de trabalho.

"Os comunistas do BTA, incitam os trabalhadores da empresa a unirem-se na defesa da sua dignidade e a resistirem às novas ofensivas que se aproximam como resultado da revisão da Constituição feita pela aliança AD-PS/Mário Soares.

"Só através da demissão do governo "AD", da dissolução da Assembleia da República, da nomeação dum governo de gestão e da convocação de eleições gerais antecipadas e ainda da nomeação de gestores honestos e competentes, será possível pôr as inegáveis capacidades da banca nacionalizada ao serviço da economia nacional e do povo português".

Vitória na Petrogal

Uma importante vitória dos trabalhadores da Petrogal foi recentemente alcançada com o acordo de empresa (AE) estabelecido com o conselho de gerência, salientaram representantes do Sindicato das Indústrias Químicas e Farmacéuticas.

Os trabalhadores conseguiram aumentos salariais na ordem dos 24 por cento a partir do próximo dia 22, que irão vigorar por um período de 14 meses.

Entretanto, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacéuticas salientou já que irá desenvolver os esforços necessários para que o Governo rapidamente promulgue o acordo de empresa agora estabelecido.

Hotelaria do Algarve

A reunião de dirigentes e delegados sindicais que se realiza hoje tomará as decisões relativas à fase actual da luta dos trabalhadores da hotelaria e turismo do Algarve, que reclamam a revisão do seu contrato colectivo.

Recorde-se que, na passada semana, os trabalhadores do sector realizaram três dias de greve, com elevada participação.

O esclarecimento e a mobilização dos trabalhadores são tarefas que, entretanto, continuam em todos os pontos do Algarve, notando-se da parte de alguns patrões uma certa tendência para o acordo com os trabalhadores.

Empresas em luta no distrito de Lisboa

● Reunião no próximo dia 11

Convocado pela União dos Sindicatos de Lisboa (USL), realiza-se no próximo dia 11 um encontro das organizações representativas dos trabalhadores (ORTs) das empresas em luta do distrito de Lisboa.

A marcação deste importante encontro está relacionada com os seguintes objectivos: análise aprofundada da situação existente em diversos sectores, procura de formas de luta conjuntas e coordenadas e, por último, a necessidade de intensificação da solidariedade entre todos os trabalhadores.

"Tem-se agravado a ofensiva do Governo "AD" e do patronato contra os trabalhadores. Tem aumentado a repressão, especialmente contra dirigentes, delegados e activistas sindicais. Tem aumentado os despedimentos e os contratos a prazo", alerta a USL, que entretanto, garante a continuação das acções de esclarecimento e denúncia da política "AD" contra os trabalhadores.

ANOP "Uma luta para ganhar"

"Ao anunciar o plano de despedimento colectivo dos 263 trabalhadores da ANOP, o conselho de gerência presidido pelo tenente-coronel Tadeu Ferreira prontifica-se, dessa forma, a cumprir as ordens de José Alfaia", alertam os sindicatos representativos dos trabalhadores da Comunicação Social, que salientam:

"Agindo à revelia de qualquer disposição legal, o Governo pretende iniciar a liquidação da ANOP".

Ao "garantirem solenemente aos trabalhadores da ANOP que prosseguirão a seu lado, na luta pela defesa dos postos de trabalho e pela garantia de uma agência isenta e pluralista", os sindicatos declaram que "os trabalhadores têm razões para estar confiantes" e que "esta é uma luta para ganhar face a um Governo que ignora as leis e despreza as instituições".

Face ao plano de despedimento, os sindicatos decidiram empreender as seguintes medidas: "dar todo o apoio jurídico aos trabalhadores, marcar encontros com a Presidência da República, responsáveis do Governo, grupos parlamentares e conselho de gerência da ANOP".

Entretanto, em plenário realizado na passada terça-feira os trabalhadores da agência decidiram opor-se a quaisquer despedimentos e apoiar a posição das direcções de serviços que recusaram elaborar a lista de trabalhadores a dispensar. Os gerentes da ANOP tinham solicitado dos directores de serviços a indicação do número necessário de trabalhadores para manter os serviços em funcionamento.

Siderurgia

Em defesa da expansão e desenvolvimento da empresa e como forma de protesto pelo desconto de dois dias inteiros dos salários do mês de Julho relativos a apenas duas horas de greve diárias então realizadas, o pessoal da Siderurgia Nacional esteve agora paralisado dois dias, em sistema de "carrossel" de greve. O sector produtivo foi totalmente afectado.

Cometna

Na nossa próxima edição, abordaremos detalhadamente a situação na Cometna, empresa da Amadora que vive as consequências dum política de despedimentos e de má gestão, tal como ontem foi denunciado na conferência de imprensa realizada na sede da União dos Sindicatos de Lisboa (USL).

Poder local

No distrito do Porto Uma nova dinâmica no trabalho com vista às próximas eleições para as autarquias

Formar Comissões APU, contactar os democratas, os homens honestos e dispostos a trabalhar, discutir com as populações os problemas, a falta do infantiário ou do lavadouro, é um trabalho que em cada concelho, em cada freguesia, em cada zona do distrito do Porto se veio a desenvolver ao longo do ano, atingindo maior dinâmica com a aproximação dos meses de férias.

Foi nessa altura, em Junho, que se realizou na cidade o Encontro das Comissões da APU do Distrito do Porto, contando já com a representação de muitas dezenas de comissões da APU, concelhias, de freguesia e locais num total de mais de mil activistas.

O balanço aí realizado confirmou ser a APU a força determinante na defesa dos interesses populares, a força com mais larga iniciativa, maior dinamismo e capacidade de intervenção e também a força mais conhecedora dos problemas e anseios do distrito.

Foi neste contexto que o Encontro reafirmou que "em todas as freguesias e concelhos do distrito concorrerão listas da APU e em todos os órgãos se apresenta a perspectiva concreta do reforço das posições da APU".

Agora, com o fim do período de férias, e as eleições para as autarquias locais cada vez mais próximas, inicia-se uma nova fase de trabalho: multiplicar e reforçar as comissões da APU, avan-

çar na elaboração de programas e sua discussão com a população, intensificar contactos e definir candidatos, multiplicar as iniciativas, os debates, as festas da APU, pensar que uma campanha eleitoral custa muito dinheiro e definir formas de o conseguir.

A APU é a força onde cada vez mais se unem todos os democratas, que independentemente das suas posições políticas e ideológicas querem lutar numa forma consequente pelo progresso das suas terras. Disto foram exemplo as listas APU para eleições intercalares, como em Miragaia e Sto. Ildelonso.

Dar corpo ao alargamento unitário da APU é uma tarefa importantíssima. É cada vez

mais possível realizar no quadro da APU uma vasta unidade das populações, dos democratas, dos comunistas, dos socialistas, das pessoas seriamente empenhadas na defesa do poder local e dos interesses da população, na resolução dos problemas.

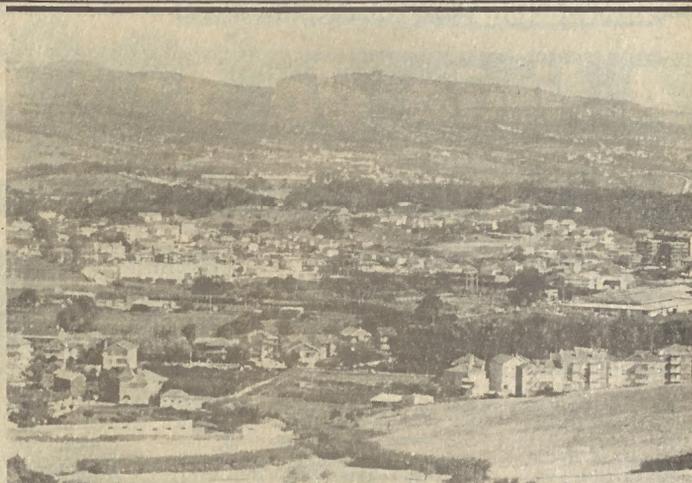
A APU cresce, prestigia-se, reúne em si um ambiente e vontade de unidade de homens e mulheres, comunistas, democratas, independentes, muitos socialistas descontentes com a política de traição da direcção do seu partido, que fazem merecer o voto das populações.

Realizaram-se já muitas iniciativas da APU; debates com a população, colóquios,

festas populares, que tendem agora a intensificar-se, a criar cada vez mais um ambiente de festa e confiança, a mostrar que a APU é uma força aberta.

A APU existe e vive para servir as populações, ser fiel aos interesses e às aspirações dos trabalhadores e do povo, empenhar-se a fundo na sua defesa.

É preciso que mais homens e mulheres do distrito do Porto, democratas de convicções diversas, se juntem à APU, participando nas comissões, integrando as listas, lutando contra a "AD" e o seu governo, defendendo infatigavelmente o Portugal de Abril e uma vida melhor para o povo do nosso distrito.



Loures toma medidas contra falta de água

Abriu concurso público no valor de 63 mil contos para a construção de um reservatório com capacidade de 10 000 metros cúbicos — eis a decisão anunciada pelos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Loures em finais do passado mês de Agosto, com a finalidade de resolver as carencias do fornecimento de água à região de Loures e Concelho de Mafra. A realização está já inscrita no plano de actividades deste ano.

melhorado todo o abastecimento de água no Concelho.

Atenção às crianças e à terceira idade

A Câmara Municipal de Loures, através do seu Pelouro da Cultura e Tempos Livres, não tem igualmente descurado a atenção em relação às crianças e à terceira idade.

Este ano, por exemplo, decidiu materializar o "sonho" de muitas crianças, oriundas de estratos sociais economicamente débeis, em ir à praia; os dois autocarros recentemente adquiridos pela edilidade começaram da melhor maneira a sua actividade, transportando dezenas de miúdos até S. Julião da Ericeira, numa iniciativa cuja receptividade ultrapassou todas as expectativas. Patrocina igualmente, a par com a Federação Portuguesa de Campismo, o "II Acampamento Salão Infantil" a realizar de 16 a 19 de Setembro no Cabeço de Montachique, onde vai ser implantado o futuro parque municipal de campismo rural do Concelho de Loures (as inscrições para o acampamento encontram-se abertas nas Juntas de Freguesia e nas Colectividades do Concelho que têm secção de campismo e caravanesismo).

A Câmara de Loures espera assim que a partir do próximo ano, após a conclusão das obras em curso nas Freguesias de Loures, Odivelas, S. João da Talha e Santa Iria da Azoia, seja

dado grande atenção aos pensionistas, reformados e idosos do Concelho através de diversas iniciativas, nomeadamente a criação de centros de dia, que já são muitos no Concelho. Neste momento está prevista a alteração à construção existente no edifício destinado a centro de dia da terceira idade em Olivais Basto, em fase de conclusão o centro de Santo António do Tojal, iniciado o projecto do da Pontinha e a adaptação da escola da Apelação, também em centro de dia para a terceira idade.

Cinema na Póvoa de Santo Adrião

Entretanto ainda no Concelho de Loures mas promovido pela Organização da Junta de Freguesia da Póvoa de Santo Adrião, realizar-se-á no salão da Junta e GROB o 1.º Ciclo de Cinema Português desta autarquia, com projecções aos sábados, às 21.30, com entrada livre. Consta do programa: 4 de Setembro — "Aniki Bóbo" (Manoel de Oliveira); 11 de Setembro — "Cerromaior" (Luis Filipe Costa); 18 de Setembro — "Uma Abelha na Chuva" (Fernando Lopes); 25 de Setembro — "Benilde ou a Virgem-Mãe" (Manoel de Oliveira); 2 de Outubro — "Amor de Perdição" (Manoel de Oliveira).

«Viva a Juventude»-Porto dos jovens APU para todos os jovens

As Comissões Juvenis do Distrito do Porto de Apoio à APU vão promover o "Viva a Juventude", Festival das Comissões Juvenis do distrito do Porto de apoio à APU, no dia 3 de Outubro, em local a anunciar brevemente. O festival integrará um programa cultural com artistas convidados e a participação dos jovens presentes com iniciativas próprias, um programa desportivo, um programa político com a apresentação e intervenções de candidatos jovens, intervenções de jovens, das Comissões Juvenis de Apoio à APU, e contará com a participação de Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

"No distrito do Porto, recorda uma nota das Comissões Juvenis de Apoio à APU — a maioria das autarquias estão nas mãos da "AD", cuja desastrosa gestão se tem caracterizado pela incapacidade, pela corrupção, pelo comodismo.

Em relação à juventude tudo prometeram e não se lhes conhece um único acto, uma única iniciativa virada para a juventude.

A APU, quer nas poucas au-

tarquias que influencia de forma determinante, quer naquelas em que é oposição, tem pautado a sua actividade no sentido da luta em defesa dos interesses das populações e da juventude, fazendo frente aos objectivos e à prática reaccionária da "AD" contra as populações, denunciando e combatendo as vacilações, as cedências e os vergonhosos conluios do PS com a direita.

A breve prazo a juventude irá

ser chamada a participar em mais uma importante batalha política eleitoral. Cabe às forças democráticas, em particular aos comunistas e aos seus aliados, mobilizar e dinamizar a juventude para as tarefas eleitorais, para a luta em defesa do Poder Local e dos interesses e aspirações das populações e da juventude, contribuir com a sua acção de esclarecimento, para um juízo correcto e para um voto acertado da juventude naquelas que a defendem e assumem as suas reivindicações no Poder Local — os eleitos da APU.

Os jovens do distrito do Porto — como o anúncio do "Viva a Juventude" — faz prever — vão estar eles próprios na primeira linha dessa batalha urgente. A notícia da sua iniciativa aqui fica — porque merece destaque e porque vai ser, estamos certos, exemplo.

Almoço-convívio na Parede

Terá lugar na Sociedade do Murtal e no próximo dia 11, um almoço convívio promovido pela Comissão Eleitoral da Parede e integrado no plano da Freguesia para a pré-campanha eleitoral. A seguir ao almoço será projectado um filme e haverá a intervenção de um camarada da Direcção do nosso Partido.

As inscrições podem ser feitas junto da Comissão Eleitoral ou no Centro de Trabalho do PCP na Parede.

APU nos Açores

A APU já tem assegurada a concorrência ao dobro das autarquias em que apresentou listas na Região Autónoma dos Açores nas eleições de 1979, afirmou o camarada Deq Mota na passada semana, numa conferência de imprensa onde anunciou igualmente que a comissão executiva da DORAA do PCP, de que faz parte, realizará nos próximos dias 11 e 12 de Setembro um plenário em que participarão representantes do Partido das várias ilhas do arquipélago.

Denunciaria igualmente que se está a criar um clima intimidatório na Região, no momento em que se aceleram os preparativos para as próximas eleições autárquicas, acusando os órgãos de Comunicação Social da Região de serem veículos deste clima; por alegada cobertura ao movimento separatista "FLA"; de resto assiste-se — à entrada para o Governo Regional de figuras comprometidas com projectos aventureiristas de separatismo", acrescentaria o camarada Deq Mota.

Com a APU em S. Pedro da Cova a vida começará a mudar

S. Pedro da Cova, terra de mineiros, terra de exemplares tradições de luta, esteve em festa no passado domingo. Foi a Festa da Unidade, promovida pela APU local. A alegria, a fraternidade, a confiança num futuro melhor para S. Pedro da Cova, à mistura com o rock e a música popular, fizeram um domingo diferente.

Um domingo em que a festa não fez esquecer os problemas da freguesia e do concelho. E a propósito destes e das posições da APU, falou o camarada Edgar Correia do CC e da DORP, numa intervenção que se realizou à tarde. Depois de se ter referido à actual situação política, abordou diversos problemas locais.

"Todos conhecem o que tem sido o papel do PCP e da APU aqui em Gondomar e noutros concelhos do grande Porto con-

tra o aumento das tarifas que a "AD" e vereadores do PS tentam impor às populações.

Nós, o PCP e a APU, somos atacados por combater esses aumentos e mobilizar as populações em defesa dos seus interesses. Mas nós analisámos detalhadamente o problema — somos até a única força política que realizou há mais de um ano um aprofundado encontro para discutir a questão das tarifas na região do Porto — e chegámos às conclusões conhecidas:

1. Os aumentos das tarifas não são socialmente justos, atingindo gravemente as condições de vida, já de si muito difíceis, dos trabalhadores e das restantes camadas laboriosas;

2. Os aumentos das tarifas de electricidade não são indispensáveis nem inevitáveis do ponto de vista económico;

3. Além disso, os aumentos não têm em conta a situação criada na região do Porto durante dezenas de anos por uma política oficial de fomento do consumo de electricidade, que se traduziu no equipamento das habitações com material eléctrico e no quase exclusivo recurso à electricidade como fonte de energia."

Depois de ter falado no papel

da APU na defesa dos interesses da população o camarada disse: "Tudo isto mostra como é importante para uma freguesia, para a resolução dos seus problemas e para a defesa abnegada dos seus interesses, que a população confie à APU a maioria na assembleia e a presidência da Junta. Nós estamos certos que, se isso acontecer nas próximas eleições aqui em S. Pedro da Cova (para o que há boas condições), a vida da freguesia começará certamente a mudar."

A propósito do carácter unitário da APU, o camarada Edgar Correia afirmou:

Todos os democratas, independentemente das suas opções ideológicas ou partidá-

rias, todas as pessoas sérias que querem ver resolvidos os problemas da freguesia têm lugar na APU — nas suas múltiplas comissões de apoio, na discussão do programa e dos candidatos que serão apresentados à população, em todo o trabalho eleitoral. Em particular nós dirigimo-nos aos socialistas: vinde trabalhar connosco, vinde para a APU.

Vinde para a APU, para garantir a maior unidade da população da freguesia, a melhor e mais justa congregação de vontades, para resolver os problemas, dar resposta às carencias mais sentidas, corresponder às mais justas aspirações populares de desenvolvimento económico, social, cultural e das condições de vida locais."

Sábado em Setúbal plenário do MURPI

No Salão Nobre da Câmara Municipal de Setúbal realiza-se no próximo sábado o Plenário de Reformados, Pensionistas e Idosos do distrito. Durante o plenário será eleita a nova Comissão Distrital de Setúbal do MURPI. Estão previstas intervenções da União dos Sindicatos de Setúbal, dos representantes das Câmaras Municipais convidadas, das comissões nacional e distrital do MURPI e ainda de várias comissões de base dos Reformados.

Os reformados e pensionistas constituem em Setúbal um vasto estrato social que conserva do seu tempo de trabalhadores no activo muita da combatividade aprendida e provada nas fábricas e nos campos daquele distrito, e que mantêm com todos os reformados, pensionistas e idosos do país os laços de dramática solidariedade que identificam hoje mais de milhão e meio de portugueses: os que recebem mensalmente, na viuvez e na invalidez ou na velhice depois de uma vida de trabalho explorado, pensões que variam entre os 1750\$00 (para as viúvas no regime rural) e pouco mais de 4 mil escudos.

Estes valores significam um retrocesso alarmante em relação ao que foi fixado como pensão mínima pelo decreto 217/74 (50% do salário mínimo), em

PLENÁRIO DISTRITAL DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS SÁBADO, 4 DE SETEMBRO DE 1982 — ÀS 10 HORAS SALÃO NOBRE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL



fim do ano" pode não haver dinheiro para pagar pensões, reforçam — perante todas as forças democráticas e todas as estruturas representativas dos trabalhadores — a necessidade de defender os direitos de reformados, pensionistas e idosos. A Comissão Distrital do MURPI, que organiza o Plenário de Setúbal, propõe a aprovação de uma resolução e de um caderno reivindicativo a apresentar aos órgãos de soberania. Que essas sejam igualmente as reivindicações concretas que os trabalhadores no activo saibam chamar a si e defender.

Juventude

JCP Solidariedade activa com os povos libanês e palestino

A Comissão Executiva da Comissão Central da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) decidiu intensificar a recolha de assinaturas de repúdio pela agressão israelita ao Líbano e a campanha de auxílio material à população libanesa e à Organização de Libertação da Palestina (OLP).

Ao mesmo tempo que divulga esta posição, a JCP, através do Executivo da CC, analisa "os resultados da visita a Portugal de Mohamed Mohem, representante da União Democrática da Juventude do Líbano", considerando que "esta visita contribuiu de forma importante não só para o desenvolvimento dos laços de solidariedade da JCP com a UDJL, mas também para o desenvolvimento do movimento de solidariedade da juventude portuguesa com

a juventude libanesa e palestina, unidas na luta contra a agressão sionista".

A JCP salienta que "as sessões de solidariedade que se realizaram em quatro locais diferentes do país (com a participação de Mohamed Mohem) confirmaram o repúdio da juventude portuguesa face a uma das mais cruéis violações do direito dos povos à paz, independência e soberania". Recorde-se que o programa da estadia em Portugal do representante da UDJL incluiu a participação em iniciativas de esclarecimento e debate sobre a situação no Líbano, em acampamentos da Juventude promovidos pela JCP neste período de Verão.

A Comissão Executiva da Comissão Central dos jovens comunistas declara ainda que «o regime

sionista de Israel está hoje mais isolado e mais enfraquecido do que nunca, apesar de reivindicar grandes vitórias militares. As causas do povo palestino e do povo libanês são hoje melhor compreendidas e mais apoiadas em todo o mundo, pelo exemplo de heroísmo que têm dado numa resistência de 80 dias face ao mais poderoso exército do Médio Oriente, armado, apoiado e sustentado pelos Estados Unidos".

A terminar, a JCP sublinha:

«A imposição, como presidente, do chefe dos fascistas libaneses, que constitui mais uma terrível ameaça ao já martirizado povo do Líbano, não deixará certamente de merecer o mais vivo repúdio da opinião pública mundial».

Pavilhão da APU na Feira da Luz

A tradicional Feira da Luz, que todos os anos por esta altura leva a Carmide milhares de pessoas vindas de todo o distrito de Lisboa, vai este ano contar com um pavilhão da APU, que ali estará a funcionar desde 4 a 26 de Setembro, tanto quanto a feira durar.

Neste pavilhão estará patente ao público uma exposição sobre o que tem sido o trabalho desenvolvido nas autarquias sob gestão da Aliança Povo Unido. Funcionará igualmente um pequeno bar e uma banca onde serão vendidos materiais da APU.

Um programa político-cultural está igualmente a ser elaborado e será dado a conhecer durante o funcionamento da feira.

Baixo-Mondego Preparar as eleições autárquicas

Em Montemor-o-Velho, no Centro de Trabalho do PCP, realiza-se no próximo dia 4 de Setembro, pelas 14 e 30, um plenário do Organismo do Baixo Mondego do PCP e que se destina a fazer um balanço do trabalho de preparação das eleições para as autarquias locais, nomeadamente no que se refere à formação de listas, debatendo-se ainda outras questões que se prendem directamente com a campanha eleitoral.

O plenário reunirá camaradas dos diversos concelhos desta região do distrito de Coimbra — Cantanhede, Condeixa, Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho, Soure e Penela — prevendo-se que nos mesmos sejam apresentadas listas em todos os órgãos autárquicos.

Participa no plenário o camarada Vasco Paiva, membro do Comité Central do PCP.

Maternidade Plancamento Familiar Aborto

Três projectos de Lei em Debate Público A VERDADE CONTRA A HIPOCRISIA



Internacional

A lição de Beirute

Só há um caminho para a paz

Neste momento os governos dos Estados Unidos e de Israel avaliam conjuntamente a acção terrorista contra os povos palestino e libanês, que conjuntamente concretizaram. Com as armas e a diplomacia americana, e com os soldados do Exército de Israel. Um balanço que forçosamente não poderá ser positivo.

Longe vai já a autoconfiança que levou o governo de Begin a apostar numa vitória rápida sobre Beirute, vitória que deveria significar o colapso da OLP, o genocídio de grande parte da população palestina e da esquerda libanesa. Ainda em Maio deste ano o chefe do Estado Maior General da Israel, Raphael Eitan, afirmava em entrevista ao jornal israelita "Yediot Achronot": "Criámos uma poderosa máquina militar que nos custou vários biliões de dólares, agora é preciso pô-la em funcionamento... Talvez já amanhã eu me encontre em Beirute... O problema palestino só pode ser resolvido por via militar".

Também em Maio se realizou a visita do ministro de Defesa, Sharon, a Washington. A luz-verde para a agressão por parte dos EUA testemunha da confiança partilhada nessa vitória que a heróica resistência da OLP e da esquerda libanesa impediu se consumisse.

Para além da condenação a nível internacional, os governos dos países responsáveis pela agressão vêm-se neste momento a braços com problemas internos, ou com o agravamento de tais problemas. Não se trata naturalmente de processos lineares, mas de tendências muito palpáveis de crescente isolamento de políticas governamentais que atingem não só os interesses dos outros povos como os das massas populares dos seus próprios países.

O isolamento de uma política

A visita do ministro israelita de Defesa é recebida em Washington com manifestações de repúdio e denúncia das acções terroristas desencadeadas contra o povo palestino. Na sessão extraordinária da Assembleia Geral da ONU para a questão palestina, os delegados presentes concluíram que a administração Reagan frustrou premeditadamente várias tentativas de pôr fim ao derramamento de sangue no Líbano com o objectivo de utilizar as acções de agressão por parte de Israel para reforçar as suas

posições no Médio Oriente. Aliás desde já se sabe que os EUA se preparam para aumentar o "auxílio" civil e militar ao Líbano — ou melhor dizendo ao seu presidente fascista, imposto pelas armas israelitas —, nomeadamente através do envio de "conselheiros militares" para o Exército libanês.

Em 3 de Julho, em Tel-Aviv, 100 000 manifestantes disseram não à guerra. E disseram-no exigindo paz com os palestinos, exigindo que Begin fosse para a rua. Uma clara expressão de repúdio pela política sionista, que reuniu gente de vários partidos e diferentes camadas sociais numa concentração que, para a realidade política que se vive no país e para a sua reduzida população, foi de facto uma grande concentração.

Claro que paralelamente a campanha de intoxicação da população (se não se tratasse de Israel, os "ideólogos" do Pentágono chamar-lhe-iam "lavagem ao cérebro") no espírito do racismo, do chauvinismo e do militarismo, dá os seus frutos. Num inquérito promovido pelo "Yediot Achronot", 83% das pessoas abordadas consideraram inteiramente justificada a invasão do Líbano. Entretanto 68% dos inquiridos manifestou-se contra a entrada em Beirute. A degradação das condições económicas, o testemunho de soldados israelitas que se insurgiram contra a carnificina em que foram levados a participar, tenderia (e



Manifestação em Nova York contra a presença de Sharon, ministro da Defesa de Israel, contra os métodos nazis utilizados contra o povo palestino

tenderá) a alterar estas percentagens a desfavor do governo de Begin, dificultando para o futuro a sua política agressiva.

Massacre evidenciou força da esquerda

Espalhados por diversos países, os combatentes da OLP terão sem dúvida que estruturar novas formas de resistência e luta na batalha por uma pátria palestina. Mas a OLP saiu organizada, politicamente reforçada, contando com uma acrescida solidariedade internacional.

Neste momento no Líbano, com um presidente fascista e as tropas de Israel presentes, pretende-se também a saída de Beirute dos guerrilheiros da es-

querda libanesa. O que não impede que o carácter patriótico da sua acção seja tão claro aos olhos do povo libanês, como é claro o de convívio com o sionismo da parte das milícias fascistas libanesas, guindadas por mão da intervenção israelita a uma posição de Poder. Tal como a OLP, o Movimento Nacional Libanês saiu profundamente prestigiado da massacre de Beirute.

Tomando posição sobre a invasão do Líbano, o Partido Comunista Palestino destacava: "A coesão do povo árabe da Palestina em torno dos seus objectivos nacionais e a sua adesão ao direito inalienável de regressar à pátria e criar um Estado nacional independente sob a direcção do seu único representante legítimo, a Organização de Libertação da Palestina (OLP), manifestam-se hoje com mais evidência que nunca. Esta coesão concretiza-se no repúdio das conjuras e manobras dos sionistas e seus patrões, nas acções penetradas de um espírito unitário em defesa da revolução, na incorporação de milhares de voluntários na batalha contra os agressores sionistas".

Uma realidade que se reflecte, não só na activa solidariedade dos que sempre apoiaram a OLP, como apoiam todos os movimentos de libertação dos povos (e aqui registamos uma declaração do camarada Tawfiq Toubi, adjunto do Secretário-geral do PC de Israel, que afirmou:

"Se o conflito ainda continua controlado, se não se converteu ainda num incêndio global, isso deve-se, em grande parte, à União Soviética, ao seu papel de dissuasor e ao apoio que presta às vítimas da agressão". Reflecte-se também, no isolamento total a que os Estados Unidos ficaram votados a nível internacional, no seu apoio a Tel-Aviv.

Entre os planos dos EUA e de Israel destacam-se a conquista de novas posições no Médio Oriente, a integração do Líbano no esquema de Camp David, o regresso a uma aceitação do Egipto pela comunidade árabe. Os múltiplos esforços desenvolvidos nessa direcção — passando mesmo pelo genocídio da população de Beirute — saíram no fundamental gorados.

Um conjunto de factos que indica que neste momento se reúnem condições favoráveis para trazer à ordem do dia a concretização da única solução justa — a única solução — do problema central do Médio Oriente.

"Enquanto persistir a dominação israelita nas terras árabes ocupadas em 1967, Israel não terá paz nem segurança — destaca o Partido Comunista de Israel — o caminho para pôr fim ao pesadelo bélico passa pela instauração de uma paz justa global, a retirada de Israel de todos os territórios ocupados em 1967 e a criação, ao lado do Estado de Israel, de um Estado palestino independente". Este o único caminho para a paz.

Movimento comunista internacional

• Complexa situação política na Argentina

O camarada Fernando Nádra, membro da comissão Política do Partido Comunista da Argentina, chamou recentemente a atenção para os perigos que encerram os esforços da direita tentantes a "pôr o país em ordem", sublinhando que a única ordem aceitável para o povo e para a democracia exige "aumentar os salários, dar trabalho solucionando o problema do desemprego, desarmar e prender os membros dos grupos terroris-



Argentina. A manifestação semanal das mães dos desaparecidos. Há quem queira ainda preservar esta realidade

tas, parar com a exploração, informar o povo de toda a verdade sobre as Malvinas".

Neste complexo quadro político, caracterizado por uma difícil situação económica e instabilidade política, e em que se destaca o ascenso da luta de massas pelas reivindicações sociais e democráticas, o Comité Central do PCA decidiu, na reunião realizada em princípios de Agosto, lançar uma campanha de mobilização em todo o país, para fortalecer as suas fileiras e conquistar o reconhecimento legal que lhe permita participar, na plenitude dos seus direitos, nas próximas eleições (foi promulgada há dias a "Lei Orgânica dos Partidos Políticos").

De assinalar, desde já, a abertura de mais de cem centros de trabalho do Partido em todo o país e grande difusão da

imprensa e de documentos partidários. Dia 3 realiza-se no estádio "Luna Park" um grande comício com a presença das camaradas Athos Fava, secretário-geral do PCA e Patricio Echegaray, secretário-geral da Juventude Comunista.

Os comunistas participaram recentemente numa realização unitária, organizada pela Assembleia permanente para os direitos humanos. Os participantes — dirigentes peronistas, radicais, comunistas, democratas-



Argentina. A manifestação semanal das mães dos desaparecidos. Há quem queira ainda preservar esta realidade

crístãos, intransigentes e socialistas — exigiram a plena entrada em vigor da Constituição nacional, o fim de toda a legislação repressiva e o reconhecimento do direito de associação e de greve.

• Política repressiva no Perú

O Partido Comunista Peruano protestou contra a declaração do estado de emergência em Lima, denunciando a responsabilidade da embaixada norte-americana nas "actividades terroristas" utilizadas como pretexto para a escalada repressiva no país. De assinalar que recentemente se registaram recontros entre guerrilheiros e a polícia, assim como actos de sabotagem, que levaram ao corte do

fornecimento de água e electricidade à capital peruana.

Em Maio, a Comissão Política do Partido Comunista Peruano divulgou uma declaração em que se condena a política económica e a política repressiva do governo, destacando-se por outro lado o ascenso da luta popular.

O Partido Comunista Peruano denuncia em particular a política económica de desnacionalizações e protecção dos interesses do grande capital e dos monopólios estrangeiros, assim como de desarticulação da legislação laboral e a crescente subida de preços "que agrava a já debilitada situação económica das massas, tornando cada vez mais difíceis as condições de vida dos trabalhadores".

Esta política do governo de frente com múltiplas lutas de trabalhadores: "a luta dos 'comuneros' em defesa da sua organização e dos seus direitos; as reivindicações do professorado contra a recusa do governo em ouvir os seus pedidos; a acção dos ferroviários pelo cumprimento dos acordos colectivos; as reclamações dos têxteis por melhores salários; dos pescadores pedindo a libertação dos seus dirigentes e a defesa das suas regalias".

A somar a este conjunto de lutas, «a gloriosa marcha dos mineiros de Cata-Acari que chegaram à nossa capital, depois de percorrer 600 quilómetros em 60 dias, exigindo justiça».

A resposta do governo ao protesto dos trabalhadores e das massas populares é «a acção de uma onda repressiva, criminosa e neofascista».

Nesta análise do actual momento político que se vive no Perú, os comunistas peruanos destacavam: «A política agressiva do governo é uma provocação visando gerar um clima artificial de convulsão social destinado a justificar uma repressão generalizada contra o movimento sindical e laboral».

Uma análise que os acontecimentos actuais vêm plenamente confirmar.

Polónia contra-revolução em corrida contra-relógio

«A implantação da lei marcial deteve o resvalar do nosso país para a catástrofe. Mas o inimigo não quer resignar-se com a derrota» — afirmou Jaruzelski na reunião do CAME em Budapeste, em Junho deste ano. Os factos agora ocorridos em Gdansk e Varsóvia, em 31 de Agosto, comprovam esta afirmação, como a denúncia também feita da estreita ligação, da dependência entre reacção interna e externa — «Existe uma estreita conexão entre as acções das forças internas da oposição anti-socialista e a política de confrontação desenvolvida pelo imperialismo à escala global».

Na base da provocação montada para 31 de Agosto, uma outra razão fundamental: o tempo trabalha pelo socialismo na Polónia, trabalha pelo POUP, trabalha pela recuperação do país e a unidade popular nessa recuperação. Isso mesmo foi dito por Jaruzelski poucos dias antes desta nova tentativa contra-revolucionária do «Solidariedade»: «O nosso inimigo político sabe que o tempo trabalha por nós. Fará portanto tudo para aliar-nos aos seus aliados, para travar o progresso». Isso mesmo foi na verdade confessado por um dos dirigentes do «Solidariedade», Bujak, ao expressar a opinião de que se a manifestação convocada não obtivesse grande apoio de massas, as portas da ilegalização do «Solidariedade» ficariam definitivamente abertas.

Não é a primeira tentativa

Esta nova tentativa de desestabilização da Polónia socialista por uma organização que hoje actua abertamente como força contra-revolucionária, tentando ainda enganar sectores da população polaca (enquanto ainda é tempo, enquanto a recuperação da situação nacional não provar, na prática, quem defende os interesses do povo polaco), não é naturalmente a primeira.

Relembraremos apenas as frustradas tentativas de organização de manifestações, já neste mês de Agosto.

Apesar da intensiva exploração dos sentimentos religiosos da maioria do povo polaco, as forças anti-socialistas apenas conseguiram trazer para a rua poucos milhares de participantes, dia 13. Dia 16, aos apelos intensivos das rádios provocatórias, arvoradas em defensoras da «liberdade» na Polónia, apenas corresponderam alguns grupos de operários dos estaleiros navais de Lenine, que depositaram flores no monumento às vítimas dos incidentes de 1970. Em Varsóvia, mesmo a imprensa burguesa teve que reconhecer que não ultrapassava as 100 — 150 pessoas, o grupo de jovens que se juntou aos peregrinos que regressavam de Czeszochwa, e que se reuniram em volta da cruz do cardeal Wyszyński, na Praça da Vitória. Os incidentes registados não chegaram sequer a exigir uma interrupção do trânsito.

Estes pequenos incidentes registados em Agosto, inserem-se numa acção sistemática visando impedir a acção dos comunistas e de todos os que estão empenhados em superar a difícil situação que o país ainda vive. Uma acção que corre de par, e se conjuga com a actividade do imperialismo. Através de emissoras provocatórias como a Rádio «Europa Livre» que todos os minutos do dia

transmite em polaco «instruções» de acção contra o socialismo, e informação falseada sobre a realidade do país. E ainda numa medida determinante através do boicote económico. Basta dizer que apenas em cinco meses do ano em curso, as importações de matérias-primas, peças e materiais diversos dos países capitalistas diminuiu em 45%. O que tem sérias repercussões quer na indústria transformadora, quer na pecuária.

O plano entra pelos olhos dentro. Por um lado criar gran-

ameaçadas. Aparentemente, no seu jogo político, estes valores são tratados como instrumentos e podem ser sacrificados sem hesitações». Aliás isto mesmo é confessado pelo dirigente do «Solidariedade», Bujak, quando afirma não ignorar que a decisão de convocar manifestações «pode causar vítimas», e aconselha os manifestantes a organizarem-se em «grupos de auto-defesa».

Porquê?

As manifestações de 31 de Agosto mostram — ou melhor dito confirmam — que a contra-revolução não está derrotada. Mostram igualmente que utiliza todas as oportunidades e todas as armas (da violência à demagogia), e mesmo o alto preço do sacrifício de vidas — para tentar alcançar os seus objectivos.

Enquanto é tempo, enquanto é tempo porque tanto a nível económico como



Na Polónia ressalta particularmente a íntima ligação entre contra-revolução interna e a política do imperialismo. Na foto o ex-embaixador polaco nos Estados Unidos, com Reagan

des dificuldades à recuperação económica do país, gerando consequente descontentamento popular. Por outro utilizar esse descontentamento contra o socialismo, acusando o sistema de ser responsável de uma situação que é a própria reacção interna e externa a fomentar.

Um novo projecto de contra-revolução

Os planos para o 31 de Agosto, não se cingiam a mais umas manifestações desestabilizadoras. São mais ambiciosos os seus objectivos. Como foi denunciado por Barcikowski, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do POUP, as manifestações de 31 de Agosto deveriam constituir uma primeira fase que deveria ser seguida por uma greve geral, a que se sucederia uma insurreição armada para liquidar a Polónia socialista.

Uma nova tentativa de concretizar planos anteriormente previstos para o fim do ano passado. Nesse sentido foram constituídos depósitos de armamento vário, em Varsóvia e outras cidades, e mesmo previstos «centros de assistência médica clandestinos». Como destacou o general Czesław Kiszcak, «os promotores de desordens contam incontestavelmente com a possibilidade de efusão de sangue, ou seja contam com que vidas humanas possa ser

político, alguns êxitos têm vindo a ser alcançados.

Por exemplo. Pela primeira vez, em Junho, a produção não recuou, progredindo ligeiramente em relação à do ano anterior. Registam-se alguns progressos assinaláveis em sectores tão importantes como o de produção de carvão, energia eléctrica, máquinas, indústria química.

Por outro lado, um número crescente de polacos integra os Comités de Reconstrução Nacional, abertos a todos os que queiram participar na recuperação do país. O POUP desenvolve, sobretudo nas grandes empresas, um intenso trabalho ideológico.

Para além disso estão elaborados planos concretos para encetar um desenvolvimento equilibrado do país a partir de 85. Uma preocupação central para o próximo ano — preocupação de todos os dias — é melhorar as condições de vida materiais dos trabalhadores.

Assim, a contra-revolução na Polónia bate-se numa verdadeira luta contra-relógio.

Por detrás do «Solidariedade», como denunciou o ministro polaco do Interior, estão os Estados Unidos, para que «não só no Líbano ou em El Salvador, mas também no coração da Europa, haja derramamento de sangue».

Este o criminoso projecto da reacção interna e externa. Um projecto que o povo polaco saberá anular.

1 de Setembro dia nacional da Líbia

No dia 1 de Setembro de 1969, um grupo de jovens oficiais, chefiados pelo então tenente Muammar El Gadhafi, derrubou a monarquia na Líbia e iniciou um processo de transformações antiféudais que iria alterar completamente a face de um país então simultaneamente muito rico em petróleo e em miséria.

O passo decisivo da revolução, assim concretizado em 1 de Setembro, surge como o culminar de um crescente movimento popular ao longo da década de 60, contra o regime do rei Idris. Em 13 e 14 de Janeiro de 64 realizam-se grandes manifestações populares em Benghazi e Trípoli, selvaticamente reprimidas. Em 1967 produz-se um verdadeiro levantamento popular.

Na noite de 31 de Agosto para um de Setembro, poucas horas bastaram para a rendição das casernas de Benghazi e de Trípoli. A revolução realizou-se sem derramamento de sangue. Sintoma de que o povo líbio estava com a revolução, contra o regime derrubado.

Para o povo líbio, o dia 1 de Setembro representou não só a libertação do caduco regime monárquico, com a consequente realidade de miséria e subdesenvolvimento, como também o termo de uma opressão nacional de quatro séculos, a libertação da presença estrangeira no país.

Formalmente a Líbia era independente desde Dezembro de 1951, com o estabelecimento da monarquia, encabeçada por Idris I. Na verdade o país encontrava-se sobre total e crescente dependência estrangeira. Em 1953 são concedidas as primeiras autorizações às companhias estrangeiras para exploração de petróleo. A partir de 1960 a Líbia

torna-se mesmo um dos grandes produtores de petróleo a nível mundial. O que não acarreta qualquer benefício para a população — que maioritariamente vive da agricultura e da pastorícia, em condições de grande miséria e atraso —, antes traz dependência de interesses estrangeiros e dos multinacionais do petróleo, em particular às multinacionais norte-americanas. Os EUA chegaram a possuir, em Wheelns Field, a sua maior base aérea em território estrangeiro.

Com a revolução de 1 de Setembro instituiu-se a República Árabe Líbia, governada pelo Conselho Supremo da Revolução, presidido por Gadhafi.

Uma das primeiras medidas do novo regime é a exigência de saída imediata das tropas britânicas e norte-americanas estacionadas no país. São impostos limites às concessões de capital estrangeiro, e nacionalizadas as principais companhias petrolíferas. As terras abandonadas, propriedade de estrangeiros, são expropriadas e distribuídas pelos camponeses pobres.

Simultaneamente iniciam-se importantes processos de desenvolvimento social e económico. Um amplo plano de construção de habitações, a institucionalização do ensino obrigatório e dos serviços médicos gratuitos. O desenvolvimento industrial assentou em grande parte numa base de intercâmbio e cooperação, nomeadamente com a União Soviética.

Em Março de 1977, o Congresso Geral do Povo procede a uma reestruturação do poder adoptando um novo nome para o país, nome que reflecte a evolução entretanto registada e o projecto político em curso: Jamahiriya Árabe Líbia Popular Socialista.

A venda o I VOLUME

MARX ENGELS

OBRAS ESCOLHIDAS

edições **Avante!**

e Editorial Progresso